

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

FATOS, VALORES E O MUNDO-DA-VIDA: ARGUMENTOS EPISTEMOLÓGICOS PARA A AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA GESTÃO SOCIAL

Valderí de Castro Alcântara¹
Eloisa Helena de Souza Cabral²
Paulo de Tarso Muzy³
José Roberto Pereira⁴

Resumo

O conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) pode esclarecer, epistemologicamente, o processo de avaliação em gestão social, que consiste em explicitar fatos, valores e seus respectivos significados intersubjetivamente compartilhados. Neste artigo apresentamos os instrumentos de experiência avaliativa, o *Mapa de Bens Públicos* e o *Mapa Semântico das ENCIR* (Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações) e argumentamos acerca de sua capacidade de explicitar comunicativamente os significados/interpretações que emanam do mundo-da-vida dos *públicos constituintes* (beneficiários, doadores, voluntários, empregados, instituidores e outros envolvidos). As discussões focam nas contribuições dos filósofos Hilary Putnam (fato e valor) e Jürgen Habermas (mundo-da-vida e ação comunicativa), apresentando também as contribuições do debate Habermas x Putnam para os processos avaliativos, especificamente, sobre as relações fatos, valores e normas. Argumentamos com Habermas que o mundo-da-vida é um fundamento epistemológico dos processos de avaliação na gestão social que considera a dialogicidade entre fatos e valores, e, com Putnam que estes elementos constitutivos da avaliação são imbricados e racionalmente passíveis de discussão. Nesta perspectiva valorativa-comunicativa da avaliação, os processos devem ser construídos no acordo com todos os públicos constituintes e, por isso, não são dados *a priori* - são co-produzidos através da inclusão, do diálogo e da deliberação. Portanto, são validados intersubjetivamente, atendendo também as pretensões habermasianas de verdade, correção normativa, autenticidade e inteligibilidade. Na perspectiva valorativa-comunicativa da avaliação apresentada o Mapa Semântico das ENCIR e o Mapa de Bens Públicos concorrem com função informacional e comunicativa.

Palavras-chave: Mundo-da-vida. Fatos e Valores. Avaliação. Gestão Social.

1. Introdução

¹ valderi.alcantara@posgrad.ufla.br

² elocabral@uol.com.br

³ ptmuzy@uol.com.br

⁴ jrobertopereira2013@gmail.com

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Entre as peculiaridades apresentadas pelo tema da avaliação das ações sociais desenvolvidas por instituições de interesse público destaca-se a natureza singular deste espaço público, no qual se articulam atores sociais, expressam-se valores e se realizam resultados colimados pela lente do desenvolvimento e da mudança social. O argumento da intangibilidade dos valores reproduzidos nestas ações retorna sempre como um impeditivo dos processos avaliativos como fatores que comprometeriam as avaliações objetivas. Sob o aspecto prático uma alternativa é conduzir as avaliações conferindo importância aos processos de deliberação coletiva e participação democrática dos diversos atores sociais. Porém, esta providência seria apenas uma demanda estratégica para o sucesso das finalidades avaliativas? Ou se trata do reconhecimento de um processo peculiar à comunicação entre os atores que possa se constituir na essência dos instrumentos avaliativos que incorporem a natureza da gestão social? Ou ainda, de outro modo, como a peculiaridade expressa na comunicação de valores e na produção de bens de interesse público vincula a gestão social ao processo avaliativo e ao mundo-da-vida dos públicos constituintes?

Examinando a peculiaridade apontada acima para os projetos de ação social no espaço público, Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) mostraram que os experimentos avaliativos destes projetos requisitam a consideração de fatos, como realização impessoal e reproduzível de ocorrências objetivas, bem como a consideração de valores, como construções sociais na forma de princípios que orientam a escolha e a realização destes fatos. Para os autores, valores e fatos concorrem ao mesmo requisito da racionalidade como atributo da possibilidade de sua identificação, mensuração e comunicação. Esta abordagem permite superar o tratamento dos valores como atributos intangíveis e irracionais e os considera epistemologicamente fundamentais para os processos avaliativos. Por exemplo, não há porque se recusar a identificar e mensurar a reprodução do valor cooperação em uma ação social, a partir da percepção subjetiva e intersubjetiva dos indivíduos alegando que esta subjetividade a torna irracional, ou destituída de comparação interpessoal. Em verdade este valor orienta escolhas de indivíduos e pode ser incorporado em processos avaliativos e outras medidas comensuráveis de fatos determinados pela relevância do valor cooperação (HOUSE e HOWE, 2000; HOUSE, 2001; HOWE, 2002; CABRAL, 2011; CABRAL e MUZY, 2014).

O tratamento dos juízos de fato e dos juízos de valor como excludentes quanto à racionalidade e à possibilidade de comprovação, é conhecido na literatura como dicotomia fato x valor e se expressa na incomensurabilidade destes atos considerados como manifestações respectivamente de juízos objetivos e subjetivos (HOUSE, 2001; HOUSE e HOWE, 2001; PUTNAM, 2002; 2008). De outra forma, os fatos são considerados verificáveis pela lógica ou observação empírica e os valores são considerados subjetivos e não verificáveis. Esta dicotomia remete a separação realizada por Immanuel Kant entre juízos analíticos e sintéticos e por David Hume entre questões de fato e relações de ideias - *ser x dever ser* (BENOIST, 1998; MARICONDA, 2006; PUTNAM, 2008). No século XX a distinção fato x valor foi defendida intensamente pelos positivistas lógicos (PUTNAM, 2008). Resumidamente, esta dicotomia pretende que a subjetividade dos valores seja sinônimo de impossibilidade de atribuir sentido (PUTNAM, 2008), enquanto que a objetividade dos primeiros seja a garantia de sua utilização como referência de racionalidade - consequentemente da sua cientificidade. O filósofo Hilary Putnam (2002; 2008) discorreu longamente sobre o tema mostrando a incoerência da dicotomia e do empobrecimento dos raciocínios que dela decorrem. Essa incoerência possui efeito nos processos avaliativos que se prendem a objetividade dos fatos, descuidando da reprodução dos valores, como se a

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

subjetividade lhes subtraísse a realidade. No mais, as obras de Jürgen Habermas também sugerem possibilidades de superação da dicotomia entre fatos e valores, mesmo com algumas discordâncias em relação a abordagem de Hilary Putnam no que se refere especialmente a separação entre normas e valores (PUTNAM, 2008; HABERMAS, 2011a; LIMA, 2013; RODRIGUES e OLIVEIRA, 2013).

Adiante, no ambiente específico da implementação de projetos sociais, a gestão qualificada como social é adequada, pois, de acordo com Cabral (2006; 2008; 2011) e Cabral e Muzy (2014) é o processo capaz de envolver a produção de bens públicos associada à reprodução valores. Como a gestão social busca sua fundamentação nos argumentos da deliberação democrática no espaço/esfera pública, decorre daí a necessidade de examinar na mesma perspectiva os processos avaliativos os quais conjugam a explicitação/comunicação de fatos e de valores como instâncias de juízos objetivos e racionais, ainda que peculiares e diferentes, mas não opostos (PUTNAM, 2008; CABRAL, 2011; CABRAL e MUZY, 2014).

Considerando isso, Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) desenvolveram metodologias avaliativas para a consideração equânime de juízos de fato e de valor apontando sua capacidade de subsidiar os instrumentos de gestão no caso dos projetos sociais. Para tanto desenvolveram o *Mapa de Bens Públicos* e o *Mapa Semântico das ENCIR* (Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações) capazes de proceder a identificação dos valores e construir indicadores que os apreciam e os explicitam, considerando-os nos processos avaliativos nos quais a deliberação democrática é fundamental tanto de fatos reconhecidos como de valores comunicados.

Na gestão social outros trabalhos se atentaram para a dimensão da avaliação (TENÓRIO et al., 2008; 2010; BOULLOSA e RODRIGUES, 2014). A principal contribuição de Tenório *et al.* (2008; 2010) foi a apresentação de critérios de avaliação de processos decisórios deliberativos: processos de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum, que foram utilizados em uma série de pesquisas empíricas (ALLEBRANDT et al., 2011; VILLELA e COSTA, 2012; DIAS, 2012, VILLELA, 2013). Tais critérios são valores (re)produzidos pela gestão social, enquanto ação gerencial dialógica.

Nocampoda administração pública, Rowe e Frewer (2000) atestaram a carência de parâmetros adequados para a avaliação da participação deliberativa das pessoas no espaço público. E no campo da educação, House (2001), House e Howe (2000; 2001) e Howe e Ashcraft (2005) apresentaram um modelo de avaliação deliberativa que considera a inclusão, o diálogo e a deliberação. Outros autores (SEN, 1997; 1998; ROWE e FREWER, 2000; DRYZEK e LIST, 2003; LANDWEHR, 2005) também examinam a deliberação como agregação de preferências valendo-se de modelos (experimentos mentais e empíricos) e apontam a importância da explicitação dos valores coerentes com os processos decisórios para a interpretação dos resultados. Enfim, diversos autores destacam a importância de processos de avaliação que considerem valores democráticos participativos e deliberativos (ROWE e FREWER, 2000; SEN, 2000; PAPADOPOULOS e WARIN, 2007; TENÓRIO et al., 2008; 2010; CABRAL, 2011; ALMEIDA e CABRAL, 2012; CASTELLÀ e PARÉS, 2012; VILLELA e COSTA, 2012; CABRAL e MUZY, 2014; BOULLOSA e RODRIGUES, 2014).

A influência da dicotomia fato x valor nos proporciona encontrar nos processos de avaliação no âmbito da administração, da administração pública, da política pública e da gestão social questões relacionadas as disputas entre os aspectos qualitativos e quantitativos, as quais descendem de opções epistemológicas que não compreenderam a igualdade racional

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

dos juízos de fato e de valor como expressões de perspectivas diferentes, porém complementares e não excludentes. Dessa forma, este artigo amplia as discussões para os aspectos epistemológicos partindo de premissas sobre o debate da dicotomia fato x valor e valendo-se de argumentos que rementem a sua refutação realizada por Hilary Putnam, e acrescentando o conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) na acepção de Jürgen Habermas como fundamento epistemológico dos processos e instrumentos de avaliação na gestão social. Com isso, é feita correspondência aos argumentos de diversos pesquisadores em gestão social que encontram no mesmo Habermas e no seu vasto repositório de discussões sobre ação comunicativa, esfera pública e democracia deliberativa sustentação para um modo especial de gestão nas esferas e nos espaços públicos (TENÓRIO, 1998; 2005; CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013). Além disso, fazemos conexão também com os experimentos avaliativos dos projetos sociais (CABRAL, 2011; CABRAL e MUZY, 2014), usados como referência e os tomamos como exemplo e campo de aplicação para esta abordagem.

Concomitantemente, o presente artigo pretende responder a questão: Como o conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) pode contribuir para esclarecer epistemologicamente o processo de avaliação em gestão social, que consiste em explicitar fatos e valores que impactam na esfera pública? Assim, partimos da superação da dicotomia fato x valor sugerida por Hilary Putnam e argumentamos com Habermas que o conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) oferece respaldo epistemológico para os processos e instrumentos de avaliação em gestão social, isto é, como este conceito possibilita a criação de processos de avaliação que produz conhecimento capaz de orientar práticas ao considerar também os valores como elementos constitutivos dos processos avaliativos. Adiante, argumentamos também que os processos avaliativos que consideram tanto a dimensão dos fatos quanto dos valores nas esferas públicas e nos espaços públicos podem desenvolver métricas para explicitar e quantificar o impacto da mudança de projetos sociais. Além disso, consideramos espaço público e esfera pública como constituídos intersubjetivamente através do diálogo - do agir comunicativo (TENÓRIO, 2005; CABRAL, 2011). Nestes locais de possibilidade da gestão social os instrumentos e processos de avaliação em gestão social devem comunicar as transformações que impactam a vida das pessoas, permitindo abordar a avaliação como um vínculo (dicionário/linguagem) que traduz os atributos ou valores públicos em evidências e atitudes identificáveis na vida das pessoas.

Buscamos as contribuições do conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) por considerar que os processos de avaliação são relacionais e comunicativos. Tendo por base que este conceito em suas diversas tradições inclui as experiências cotidianas objetivas, subjetivas e intersubjetivas; assim, ao considerar o mundo-da-vida nos processos de avaliação estamos destacando a importância dos valores, comumente solapados pelos métodos positivistas. No âmbito da gestão social, defendemos que as ações de avaliação demandam o agir comunicativo, para que sejam capazes de reproduzir valores do mundo-da-vida na interação no espaço público com os diversos públicos constituintes e os fatos produzidos. Sobre isso Cabral (2011, p. 1977) considera que "[...] a elaboração de ferramentas apropriadas para capturar esses aspectos peculiares da gestão social mostra-se relevante para o desenvolvimento da cultura pública por meio da comunicação dos achados avaliativos que informam os atores". Logo, a avaliação cumpre função comunicacional e aumenta a base informacional dos atores envolvidos.

Finalmente, este artigo objetiva comunicar como o conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) pode esclarecer epistemologicamente o processo de avaliação em gestão social,

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

que consiste em explicitar fatos, valores e seus respectivos significados intersubjetivamente compartilhados. Para tanto apresentamos como possibilidade de experiência avaliativa o Mapa Semântico das ENCIR e o Mapa de Bens Públicos como capazes de explicitar comunicativamente os significados/interpretações que emanam do mundo-da-vida dos públicos constituintes. Esperamos também, com esta experiência contribuir para esclarecer o significado da aplicação do conceito na acepção habermasiana, sugerindo formas aplicadas de motivar a investigação empírica nas ciências sociais.

Finalmente, o presente trabalho pretende oferecer uma contribuição teórica (SUTTON e STAW, 2003; WHETTEN, 2003; BERTERO, 2011; MENEGHETTI, 2011a; 2011b) por procurar agregar alguma discussão ao campo de conhecimento da gestão social mediante argumentos coerentes e logicamente interconectados com o campo de conhecimento da teoria da avaliação, da sociologia e da filosofia. Nesse processo, a argumentação será o elemento central, afinal, ela "[...] permanece [como] o único meio disponível para se certificar da verdade [pretensões], porque não há outra maneira de examinar as pretensões de verdade tornadas problemáticas" (HABERMAS, 2004, p. 48-49).

Nossos argumentos se organizam em quatro seções além desta introdução. A parte seguinte apresenta o tema da avaliação em gestão social como experimento social de superação prática da dicotomia fato x valor. Na terceira seção abordamos o conceito de mundo-da-vida, especialmente, em Habermas. Em seguida, refletimos acerca da relevância de considerar o mundo-da-vida como argumento epistemológico na avaliação em gestão social e as formas de superação da dicotomia fato x valor. Nas considerações finais apresentamos as conclusões, as limitações dos trabalhos e uma breve agenda de pesquisas.

2. Avaliação em Gestão Social como Experimento de Superação da Dicotomia Fato x Valor

O termo avaliação possui diversas conotações, e, é usado das mais variadas formas. Isso se refere a questão que os processos de avaliação são singulares e formados por um emaranhado de fatores econômicos, sociais, políticos, culturais e éticos, sendo relevante para o alcance de projetos sociais que resultem na produção de bens públicos e impactem a qualidade de vida dos cidadãos (ROWE e FREWER, 2000; SEN, 2000; PAPADOPOULOS e WARIN, 2007; TENÓRIO, et al., 2008; 2010; CABRAL, 2011; ALMEIDA e CABRAL, 2012; CASTELLÀ e PARÉS, 2012; VILLELA e COSTA, 2012; CABRAL e MUZY, 2014). No âmbito de projetos sociais, para Tenório (2003, p. 63) a avaliação "[...] serve para conhecer como foi executado o projeto, dar valor aos resultados obtidos, tomar decisões sobre a continuidade ou interrupção das ações, eliminar ou diminuir os efeitos negativos, aumentar os efeitos positivos". Por isso, a avaliação é essencial para aumentar a base informacional e, conseqüentemente, reduzir as incertezas das decisões.

Existe, no entanto, uma carência de trabalhos no que se refere aos processos de avaliação. Em especial, no campo das políticas públicas no Brasil, a avaliação foi colocada de lado durante muito tempo e começou a fazer parte dos estudos somente a partir da década de 1980. Cabe considerar que essas avaliações foram inicialmente desenvolvidas com foco na fiscalização e com o passar do tempo ganharam caráter estratégico, de controle social e participação social (COHEN e FRANCO, 1994; JANUZZI, 2012; BOULLOSA e

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

RODRIGUES, 2014). Mesmo assim, Faria (2005) destaca o viés predominantemente técnico das avaliações.

A lacuna de estudos sobre avaliação refletiu nos campos da administração pública e da gestão social. Em particular, nas organizações sociais, Cabral (2011) destaca essa carência:

[...] a avaliação e suas técnicas não estão suficientemente difundidas no campo das organizações sociais. Entre as razões de natureza geral, destacam-se: a incipiente profissionalização no setor e a constatação de que as práticas de avaliação não traduzem ainda a existência de uma cultura sistemática e difundida. Entre as razões específicas, citamos: a ausência de uma metodologia específica que apreenda o conteúdo valorativo das ações sociais e a insistência em importar técnicas e argumentos tanto da área pública quanto da área privada, sem o necessário diálogo que aponte as singularidades desse novo campo (CABRAL, 2011, p. 1918).

Conceitualmente, "entende-se por avaliação um processo sistemático de obtenção de informações destinados a emitir juízos de valor a partir de critérios estabelecidos" (CASTELLÀ e PARÉS, 2012, p. 214). E também segundo Worthen, Sanders e Fitzpatrick (2004, p.35) é a "identificação, esclarecimento e aplicação de critérios defensáveis para determinar o valor ou mérito, a qualidade, a utilidade, a eficácia, ou a importância do objeto avaliado em relação a esses critérios". Conforme Boullosa e Rodrigues (2014, p. 153) "a avaliação é, ainda, um processo de construção de significados ou de significâncias, no qual cada sujeito avaliador ou avaliado (diferentes atores com múltiplas realidades) deveria enfrentar um problema semântico relacionado à compreensão do significado da avaliação e dos seus processos". Finalmente, para Dias Sobrinho (2008, p. 193), "avaliação é produção de sentidos, prática social, portanto, intersubjetiva, relacional, aberta, polissêmica e carregada de valores, que põe em questão os significados dos fenômenos".

Com isso, o processo avaliativo implica refletir acerca dos objetivos, determinar os critérios, os dados que serão necessários e as pessoas que o realizam, bem como os diversos atores envolvidos (CASTELLÀ e PARÉS, 2012). Para Castellà e Parés (2012) as finalidades da avaliação direcionam suas características, além de que os motivos para avaliar são diversos: exigência dos agentes financiados, testar a validade do projeto, identificar o impacto, fornecer dados sobre a possibilidade de continuação ou não, buscar recursos, dentre outros (TENÓRIO, 2003; CASTELLÀ e PARÉS, 2012). No âmbito da gestão social, argumentamos que a finalidade da avaliação não é apenas teleológica, com relação a fins, mas, informacional e comunicativa. Isto significa, que os processos de avaliação devem ser capazes de comunicar os resultados aos diversos públicos constituintes (CABRAL, 2011).

Outro ponto essencial é que na teoria da avaliação ainda são comuns as disputas entre aspectos qualitativos e quantitativos (ROWE e FREWER, 2000; HOUSE, 2001; HOUSE e ROWE, 2000; HOWE e ASHCRAFT, 2005) que refletem posições epistemológicas entre fatos e valores. Essa relação é conhecida como a dicotomia fato x valor (PUTNAM, 2002; 2008). Para Rodrigues (2013) essa dicotomia é problemática pois considera os fatos como observáveis e os valores como manifestações individuais e subjetivas e desconsideram as relações existentes entre fatos e valores (PUTNAM, 2008; CABRAL, 2011). Como efeito disso, "[...] podemos observar que as pessoas, no seu cotidiano consideram os valores (ética, política, direito) como assunto privado (subjetivo) e, portanto, não podem ser questionados ou discutidos racionalmente" (RODRIGUES, 2013, p. 77).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Segundo Putnam (2008) a dicotomia fato x valor acredita que os valores se ligam às subjetividades, emoções, sentimentos, preferências, e, por isso, não possuem significado cognitivo (não-cognitivismo em relação aos valores), não geram conhecimento (MARICONDA, 2006) e não é possível atribuir-lhes sentido como afirmavam os positivistas lógicos (PUTNAM, 2008). House (2001) também apresenta que para os positivistas lógicos somente fatos são empiricamente verificáveis.

A dicotomia fato × valor forçava a apresentação dos fatos como observáveis, enquanto os valores eram tratados como manifestações individuais, ou transsubstantializações coletivas, relativas a situações subjetivas e a julgamentos incomensuráveis entre si, que induziam os indivíduos a manifestarem classificações e preferências. Putnam e Walsh mostraram que, apesar da distinção metodológica entre fatos e valores, não se pode abordar a realidade com um critério que "fatora" os achados em uma "parte descritiva", tomados como valores, e uma "parte avaliativa", tomada como fato. Isso porque as ações dos homens em sociedade desenvolvem sociabilidades a partir de condições, escolhas e propósitos, parâmetros nos quais os fatos são valorizados como fatos à medida que expressam os valores determinados socialmente (CABRAL, 2011, pp. 1917-1918).

Por isso, Cabral e Muzy (2014) argumentam que os fatos e valores devem ser incorporados na racionalidade do diálogo e comunicados como complementares (*faces de uma mesma moeda*). Destacamos que uma forma de superar a dicotomia é conceber que na vida cotidiana, fatos e valores encontram-se imbricados e são igualmente relevantes e identificáveis.

A dicotomia fato x valor impregnou o estudo das organizações sob a ótica positivista (TENÓRIO, 1998) que considera apenas a dimensão objetiva das organizações e com isso os fatos. Guerreiro Ramos (1981, p. 29) também afirmou que "adicotomia entre valores e fatos é falsa, na prática, e, em teoria, tende a produzir uma análise defectiva".

A separação radical entre fatos e valores gera dois problemas. Primeiro, as pessoas passam a acreditar que os conflitos morais e políticos só podem ser solucionados pelas vias *irracionais* da crença, do interesse pessoal e da força física violenta. Segundo problema, embora *fatos* e *valores* sejam conceitos distintos (fatos não são valores e vice-versa), na vida cotidiana eles aparecem imbricados de tal forma, que uma distinção radical entre eles oferecerá uma visão distorcida da realidade (RODRIGUES, 2013, p. 77).

Assim, é patente que a gestão social supere no seu campo a dicotomia fato x valor para se materializar como uma possibilidade dialógica de gestão que produz bens e reproduz valores públicos. A importância dos valores nos processos de gestão e avaliação é destacado densamente nos trabalhos de Cabral (2006; 2008; 2011) e Cabral e Muzy (2014). Estes fazem referência a Putnam (2002; 2008) para quem os valores podem ser considerados objetivamente e assim não são antagônicos aos fatos, são apenas peculiares e diferentes.

Também em Habermas é possível considerar a objetividade das normas e dos valores, (pelo menos alguns) bem como a necessidade de processos de comunicação e discussão para sua validade intersubjetiva. Mesmo assim, Lima (2013, p. 459) destaca que Hilary Putnam e Jürgen Habermas são filósofos que "[...] se engajaram numa controvérsia sobre [...] o sentido cognitivo dos enunciados valorativos em face das pretensões normativas de validade e também, em última instância, frente à reivindicação de validade objetiva do conhecimento

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

acerca dos fatos" (LIMA, 2013, 459). A principal diferença é que Habermas (1989; 2011a; 2011b) concebe normas (enunciado obrigatório) e valores (não obrigatório) como diferentes e que enquanto fatos possuem pretensões de verdade, normas assumem pretensões de correção normativa (AMIN, 2009). Putnam (2008) discorda e sustenta que na prática eles devem ser vistos como verdadeiros ou falsos (pretensão de verdade) e que não se pode separar como Habermas faz valores e normas. Apesar dessas divergências (PUTNAM, 2002; 2008; HABERMAS, 1989; 2004; 2011a), ambos concordam que valores podem ser parte de uma discussão racional e possuem sua importância nas ações sociais (RODRIGUES, 2013).

Especificamente no campo da teoria da avaliação destacam-se os diversos trabalhos de House e Howe (2000; 2001) e Howe e Ashcraft (2005) que visam superar as dicotomias entre fatos e valores, tanto como pressuposto teórico, quanto como abordagem metodológica. Para estes autores fatos e valores não habitam reinos diferentes e os valores podem ser avaliados racionalmente. Para House e Howe (2001) a melhor compreensão possível é que fatos e valores são um *continuum* e em relatórios de avaliação serão encontrados de forma intrincada. Com esse posicionamento, eles desenvolveram um modelo de avaliação democrática deliberativa que indica a importância dos valores nos processos de avaliação e argumentam que inclusive na identificação dos fatos a serem submetidos a um processo avaliativo, os valores funcionam como critérios de relevância e veracidade, pois ao avaliarmos um fato apontamos com anterioridade o valor epistemológico dele através de um juízo de valor explícito. Em House e Howe (2001) é possível constatar que fatos e valores são inter-relacionados, e ambos, presentes na avaliação. Com isso, os autores destacam que os atributos da avaliação podem ser avaliados por três requisitos: inclusão (todos os envolvidos), diálogo (todas as perspectivas e interesses), deliberação (discussão sobre as divergências na busca por um entendimento comum). Esse processo destaca acima de tudo o interesse público com a participação de todos os públicos constituintes (CABRAL, 2011).

Ryan (2004) destaca na literatura a existência de alguns modelos democráticos de avaliação: avaliação democrática (*democratic evaluation*), avaliação democrática deliberativa (*deliberative democratic evaluation*) acima citada e avaliação comunicativa (*communicative evaluation*). MacDonald (1976 *apud* Ryan, 2004) e MacDonald e Kushner (2004 *apud* Ryan, 2004) destacaram a importância do caráter democrático da avaliação no âmbito da educação já na década de 1970. Os trabalhos de House e Howe (2000; 2001) propõem a *deliberative democratic evaluation* destacando os valores supracitados de inclusão, diálogo e deliberação. Para estes autores a avaliação é vital para uma sociedade democrática. Por fim, Niemi e Kemmis (1999) propõem a *communicative evaluation* se embasando em Habermas. Pelo exposto, a perspectiva avaliativa que propomos se aproxima mais do modelo *communicative evaluation* (NIEMI e KEMMIS, 1999; RYAN, 2004). No Brasil, Spink (2001) utiliza também a denominação avaliação democrática afirmando que se refere a uma cidadania ativa em que os agentes se inserem em um debate coletivo.

Coerente com estas discussões, Cabral (2006, 2008, 2011) apresenta a gestão social como uma forma de superar a dicotomia fato x valor, pois ela atua como produtora de bens públicos e reprodutora de valores. Para Cabral (2011, p. 1937) "os valores reproduzidos no espaço público são tomados como fundamentais para a construção do referencial que norteia o processo avaliativo" e que "a explicitação dos valores transmitidos e os benefícios gerados permitem que o processo de avaliação seja um agente de comunicação eficiente dos resultados, que passam a se revestir de significado objetivo para aqueles públicos" (CABRAL, 2011, p. 1937).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Nesse momento, valores representam crenças, opiniões, preferências, interesses, carências, necessidades e desejos, e ainda, apreensões sensíveis que são valoradas pelos indivíduos na interação com outros (HOUSE e HOWE, 2001; PUTNAM, 2008), podendo servir como padrões e critérios. De outra forma, são princípios consensuados que servem de orientação de ações. Estes valores são para Putnam (2008) possíveis de consideração objetiva e para House e Howe (2001) em uma democracia os valores devem ser práticas de deliberação, portanto, tratadas de forma discursiva em um diálogo racional.

Cabral (2004; 2006; 2011) reconheceu como valores, em sua abordagem do espaço público, um conjunto de atributos: representatividade de interesses coletivos, democratização, qualidade, efetividade dos resultados, visibilidade social, cultura pública, universalidade, autonomia, controle, defesa social e sustentabilidade, como garantias coordenadas e convergentes de interesse público. Tenório et al. (2008; 2010) indicam também a importância dos valores expressos na gestão social voltados para o bem comum e o bem viver. No que se refere a avaliação de processos decisórios participativos e deliberativos, Tenório et al. (2008; 2010) destacam a discussão, a inclusão, o pluralismo, a igualdade participativa, a autonomia e o bem comum - que pela aceitação deste trabalho são todos valores normativamente atrelados ao espaço e a esfera pública democrática. Boullosa e Rodrigues (2014) afirmam igualmente que a avaliação deve ser inclusiva e considerar os atores que integram, são mobilizados ou afetados pelo objeto da avaliação. Ainda no campo da gestão social outros valores são destacados como cidadania, equidade, justiça, bem-estar social, reciprocidade, solidariedade e igualdade (MAIA, 2005). Outros valores e critérios encontrados na literatura internacional (no âmbito da avaliação) são: acessibilidade, qualidade da deliberação, eficiência/eficácia, transparência, representatividade, independência e sustentabilidade (ROWE e FREWER, 2000; PAPADOPOULOS e WARIN, 2007). Em especial, como antes demonstrado destacam-se a inclusão, o diálogo e a deliberação (HOUSE e HOWE, 2001).

Como parte desta abordagem valorativa-comunicativa, Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) apresentam dois instrumentos para a orientação do processo avaliativo e a identificação dos objetos de avaliação, de maneira a superar a dicotomia fato x valor: Mapa de Bens Públicos e o Mapa Semântico das ENCIR - explorado com mais propriedade na seção 4 deste artigo. Os autores são unânimes em ressaltar a especificidade dos resultados dos processos deliberativos, os quais não são esclarecidos sem o concurso de ferramentas que identifiquem a relevância de juízos de valor nos processos de gestão, que induzem normas, por exemplo, como a participação, a cooperação, a solidariedade, ou impactos e mudanças sociais. Assim,

Para a avaliação dos projetos desenvolvidos localmente pelas organizações, um referencial deve ser capaz de expressar, para os impactos avaliados, sua vinculação essencial com os valores socialmente pretendidos pelos públicos constituintes que os fruem, na figura dos bens e na representação dos valores. Essa fruição consiste na realização dos bens e valores pelos públicos e indica, para a avaliação, a necessidade de estender aos impactos a consideração dos valores que estes mesmos impactos representam para os públicos considerados que os capacitam a fruí-los (CABRAL, 2011).

Especificamente para o caso dos projetos sociais, Cabral (2011) identifica a presença de diversos *públicos constituintes* relacionados ao Estado, ao mercado, a sociedade civil e as comunidades. Estes públicos constituintes (beneficiários, doadores, voluntários, empregados,

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

instituidores e outros) como parcelas ou grupos de indivíduos, atuam a partir de diferentes modos de apropriação, ou manifestação de valores: expectativas, necessidades, capacidades, interesses e representações sociais, que se grafam por brevidade pelo acrônimo ENCIR. Estes modos podem ser identificados através de questões avaliativas – as quais serão apresentadas na próxima seção – e permitem relacionar os conteúdos significativos cotidianamente expressos pelos públicos em sua interpretação dos fatos e valores ao fruírem bens públicos, compartilhando valores e pretensões de validade com relação aos mundos objetivo, social e subjetivo (HABERMAS, 1989; 2012a). É neste sentido que as ENCIR desempenham um papel fundamental na ação comunicativa dos públicos e sua explicitação no processo avaliativo é vital para o desenvolvimento da avaliação, e, com isso a reprodução simbólica do mundo-da-vida (*lebenswelt*).

Conseqüentemente, pelo exposto podemos elencar quatro pressupostos dos processos de avaliação da perspectiva valorativa-comunicativa apresentada neste artigo: i) É preciso superar a dicotomia entre fatos e valores e ambos devem ser considerados racionalmente¹ nos processos de avaliação; ii) A gestão social oferece argumentos para superar a dicotomia fato x valor; iii) A avaliação cumpre através da linguagem, orientada ao entendimento, papel comunicacional e informacional; e iv) A avaliação em gestão social deve ser capaz de explicitar fatos e valores do mundo-da-vida dos diversos públicos constituintes, como reveladora de significados projetados no espaço público.

3. A Volta ao Mundo-da-vida (*lebenswelt*) como Posição Epistemológica

Nosso principal argumento neste artigo caminha na direção do conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) principalmente conforme interpretação de Habermas (1989; 2002; 2011a; 2012b). Para abordá-lo apresentaremos também o conceito de ação comunicativa e sua relação de mútua constituição com o *lebenswelt* (HADDAD, 1997). Afinal, o próprio Habermas (2012b, p. 218) afirma: "ele [o mundo-da-vida] constitui um conceito complementar ao do agir comunicativo" - posição que se manteve em outras obras. Com isso, a Teoria da Ação Comunicativa de Habermas pode ajudar a avançar nas discussões sobre a avaliação em gestão social e colaborar para a proposta de uma perspectiva valorativa-comunicativa.

O termo mundo-da-vida (*lebenswelt*) está presente na tradição filosófica do século XX. Ele foi primeiro utilizado por Edmund Husserl e "ganhou várias apropriações e variações, tanto na filosofia, em particular nos trabalhos de Heidegger e Habermas, quanto na sociologia de Schutz, Luckmann e Berger" (MARTINO e MARQUES, 2013, p. 2). O conceito é importante também nas obras de Maurice Merleau-Ponty, Ludwig Wittgenstein, Hans-Georg Gadamer, Karl-Otto Apel e Paul Ricoeur (ZILLES, 2002). De forma geral, em diversas abordagens da fenomenologia, da hermenêutica e da filosofia analítica (DOMINGUES, 1999).

¹ "[...] uma asserção pode ser designada racional somente quando o falante satisfaz a condição necessária para que se alcance o fim ilocucionário, qual seja chegar a um entendimento mútuo sobre alguma coisa do mundo com pelo menos mais um participante da comunicação" (HABERMAS, 2002b, p. 36-37). Para tanto, os sujeitos capazes de linguagem e ação utilizam de um conhecimento falível. Portanto, racionalidade em Habermas se refere a pretensões de validade.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Em Husserl¹ (2002) ele aparece como parte da crítica ao objetivismo e o afastamento das ciências modernas em relação ao horizonte da experiência e de sentido dos indivíduos comuns, do *Lebenswelt*, do reino de evidências originárias. Neste ínterim, o diagnóstico de Husserl é que as ciências se afastam do mundo-da-vida (ZILLES, 2002; DUTRA, 2005; PIZZI, 2006). Pois, para ele "é preciso recolocar a subjetividade transcendental no centro da reflexão para recuperar o mundo-da-vida, das experiências pré-científicas originárias sobre as quais historicamente são constituídas as próprias ciências" (ZILLES, 2002, p. 33). Assim, se preocupa com a origem do próprio sentido da ciência e nessa concepção, o *Lebenswelt* identifica também o mundo subjetivo das significações, os costumes e os valores (ZILLES, 2002; PACHECO, SILVA e RIBEIRO, 2007). Habermas (1996) também afirma que Husserl buscou no mundo-da-vida a fundação do sentido da ciência, terreno da prática da vida cotidiana e da experiência. Posto isso, essa significação inicial já permite uma crítica a dicotomia fato x valor e a importância de considerar os valores nos processos de avaliação.

Trata-se [no último Husserl] de reencontrar as condições sob as quais a ciência pode fazer sentido para o homem [voltar as coisas mesmas], e, para este fim, reconectar os princípios dessa mesma ciência com as intuições básicas do "mundo da vida", esse mundo no qual se desdobra a atividade prático-histórica do homem, tendo como fundo um universo social partilhado (BENOIST, 1998, p. 210).

No mais, não é nossa pretensão abordar as diversas significações que o termo *lebenswelt* possui em Husserl (ZILLES, 2002; STEIN, 2005; PIZZI, 2006). Assim, passamos para a (re)interpretação de Habermas e as conectamos com outros autores acima citados.

Segundo Domingues (1999) e Vandenberghe (2011) o conceito de mundo-da-vida foi consolidado em Habermas em uma mistura da fenomenologia, do interacionismo simbólico e da filosofia linguística. Para isso, Habermas (2012b) em *Teoria do Agir Comunicativo: sobre a crítica da razão funcionalista* vai considerar a sociedade através de um modelo dual: a esfera sistêmica e a esfera do mundo-da-vida. Ele entende isso a partir das interpretações existentes, enquanto as teorias sociológicas de Talcott Parsons e Niklas Luhmann focam na esfera sistêmica, os trabalhos de Dilthey, Simmel, George Herbert Mead, Alfred Schütz e Erving Goffman destacam a esfera do vivido. Logo, o conceito de mundo-da-vida se insere na metodologia dual (SIEBENEICHLER, 2012) com que Habermas concebe a sociedade na perspectiva do participante e do observador: "[...] proponho que a sociedade seja concebida, ao mesmo tempo, como mundo da vida e como sistema" (HABERMAS, 2012b, p. 220). Ou de outra forma, sistemas funcionais (Estado e mercado) e mundo-da-vida, cada um regido por códigos, racionalidades, lógicas, demandas e procedimentos específicos.

Nesse processo, Habermas (2012b) procura romper com a filosofia da consciência a qual o conceito de mundo-da-vida se prendia na fenomenologia em direção a intersubjetividade (modelo comunicativo da razão). Dessa forma, rompe com o modelo sujeito-objeto em direção ao sujeito-sujeito: "[...] enquanto os conceitos básicos da filosofia

¹Conforme Pizzi (2006) em Husserl temos vários mundos-da-vida: mundo-da-vida circundante, mundo-da-vida concreto, mundo-da-vida originário e mundo-da-vida primordial. Neste artigo, apresentamos uma visão geral do conceito em Husserl, principalmente em *A Crise das Ciências Europeias e a Fenomenologia Transcendental* (HUSSERL, 1997) onde ele "elabora uma ontologia do mundo da vida no qual tenta superar o antagonismo entre o objetivo-naturalista e o subjetivo-transcendental dopensamento moderno. Enraíza tanto a explicação das ciências naturais como a compreensão dos saberes culturais, lutando contra a absolutização do paradigmacientífico, que empobrece os problemas humanos" (ZILLES, 1996, p. 7).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

da consciência obrigarem a compreender o saber exclusivamente como um saber sobre algo no mundo objetivo, a racionalidade é medida pela maneira como o sujeito solitário se orienta pelos conteúdos de suas representações e de seus enunciados" (HABERMAS, 2000, p.437). Criticando essa perspectiva ele defende a necessidade da categoria interação (até então negligenciada), através da linguagem - superando a razão solipsta kantiana em direção a razão dialógica. Fica patente que Habermas (2012b) vai destacar a unidimensionalidade do conceito husserliano de *lebenswelt*.

Um dos principais pontos de tensão entre Husserl e Habermas deriva do papel atribuído à experiência dentro da abordagem fenomenológica. Se em Husserl a experiência individual pode estabelecer uma mediação entre o sujeito particular e o mundo, em Habermas a experiência individual (meditação, reflexão subjetiva) só consegue ser mediadora se for submetida a um teste intersubjetivo de validade, realizado não sob a forma de uma troca linguageira ingênua, mas sob a forma do discurso. Habermas critica Husserl de permanecer atado à filosofia da consciência, enquanto ele privilegia o agir intersubjetivo (MARTINO e MARQUES, 2013, p. 10).

Essa é a principal crítica de Habermas (1996; 2012a; 2012b) ao conceito fenomenológico de mundo-da-vida. Ao apresentar sua concepção Habermas (2012b) baseia-se principalmente em discussões, além de Husserl, com Alfred Schütz, Peter Berger e Thomas Luckmann. Alfred Schutz (1979) em *Fenomenologia e Relações Sociais* defende que,

o 'mundo da vida cotidiana' significará o mundo intersubjetivo que existia muito antes do nosso nascimento, vivenciado e interpretado por outros, nossos predecessores, como um mundo organizado. Ele agora se dá à nossa experiência e interpretação. Toda interpretação desse mundo se baseia num estoque de experiências anteriores a ele, às nossas próprias experiências e àquelas que nos são transmitidas por nossos pais e professores, as quais, na forma de 'conhecimento à mão', funcionam como um código de referência (SCHUTZ, 1979, p. 72).

Por sua vez, Berger e Luckmann (1985, p. 36) apresentam que o mundo-da-vida "[...] origina no pensamento e na ação dos homens comuns" e que "[...] apresenta-se a mim como um mundo intersubjetivo" (BERGER e LUCKMANN, 1985, p. 40). Mesmo assim, apesar do caminho em direção a intersubjetividade nestes três autores, para Habermas (1990) eles não rompem com o paradigma do sujeito (da consciência). Consoante Habermas, tanto Husserl quanto Schütz, Berger e Luckmann em sua descrição fenomenológica, não apreende a alteridade da experiência cotidiana, isto é, da intersubjetividade dos atores sociais. Assim, Habermas (2012a; 2012b) pensa o mundo-da-vida na perspectiva da linguagem e considerando as pretensões de validade do ato de fala (incorporando a teoria dos atos de fala de Austin) e a comunicação como elemento fundamental da integração social.

Para Habermas (2012a) o mundo-da-vida é estruturado pela cultura, sociedade e personalidade possuindo como *médium* a linguagem. Estas estruturas se atualizam por processos de reprodução cultural (paradigmas culturais), social (ordens legítimas) e socialização (estruturas pessoais), em que, "[...] aquilo que entra na ação comunicativa a partir dos recursos do pano de fundo do mundo da vida, flui através das comportas da tematização e possibilita o domínio das situações, constitui a reserva de conhecimento preservado no seio das práticas comunicativas" (HABERMAS, 2002, p. 138). Para o autor, *cultura* é a reserva de

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

conhecimento à qual os participantes buscam suas interpretações, *sociedade* as ordens legítimas e *personalidade* as competências que permitem ao sujeito falar e agir.

Ainda mais, seguindo algumas aproximações, nesse momento, com Husserl e Schütz o mundo-da-vida é caracterizado por uma certeza (saber implícito), uma totalidade e seus elementos remetem-se constantemente uns aos outros: é o local de experiências compartilhadas formadoras do plano de fundo do tecido social. Portanto, relaciona-se com as experiências cotidianas, o estoque de conhecimento, valores e normas que utilizamos em nossas interpretações das situações diárias (ROCHA, 2007). Para Habermas (1989) normas e valores são inseridas no mundo-da-vida, ou ainda, "[...] cada mundo da vida equipa os seus membros com um estoque comum de saber cultural, de padrões de socialização, valores e normas" (HABERMAS, 2001, p. 193). De outra forma, é no mundo-da-vida que compartilhamos intersubjetivamente, experiências culturais, religiosas e histórias, um consenso de plano de fundo fundamental para o agir comunicativo: um "[...] horizonte no qual os que agem comunicativamente se encontram *desde sempre*" (HABERMAS, 2012b, p. 218; grifos no original) ou "auto-evidências cotidianas" (HABERMAS, 1990 p. 48). Sinteticamente, o mundo-da-vida aparece nas suas diversas obras como reserva de conhecimento preservado, reservatório para interações, auto-evidências cotidianas, reserva de interpretações, valores compartilhados, totalidade co-dada, plano de fundo, saber implícito e horizonte (HABERMAS, 1989; 1990; 2001; 2002; 2011a; 2011b; 2012a; 2012b).

Consequentemente, ele é complementar ao agir comunicativo, afinal, "[...] racionalidade comunicativa exprime-se na força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura aos falantes envolvidos um mundo da vida intersubjetivamente partilhado" (HABERMAS, 2004, p. 107). Nesse mesmo sentido, a questão das normas e valores aparecem novamente: "no agir comunicativo em sentido forte, os envolvidos não só partem do pressuposto de que se orientam por fatos e dizem o que consideram verdadeiro e o que pensam, mas também da idéia de que perseguem seus planos de ação apenas dentro dos limites de normas e valores vigentes" (HABERMAS, 1990, p. 120).

Para relacionar comunicação e mundo-da-vida, Habermas utiliza da teoria dos atos de fala de Austin e também Searle explicando como a linguagem pode desvendar as estruturas do mundo-da-vida que são intersubjetivamente compartilhadas (HADDAD, 1997). Habermas (2012a) analisa a racionalidade comunicativa pelo fio do entendimento linguístico enquanto mecanismo de coordenação da ação (pragmática formal). Para ele somente o agir comunicativo pressupõe a linguagem como *médium* do entendimento, onde pelo menos dois sujeitos referem-se a algo no mundo objetivo, social e subjetivo. Com isso ele pode definir o agir comunicativo.

Chamo comunicativas às interações nas quais as pessoas envolvidas se põem de acordo para coordenar seus planos de ação, o acordo alcançado em cada caso medindo-se pelo reconhecimento intersubjetivo das pretensões de validade. No caso de processos de entendimento mútuo linguísticos, os atores erguem com seus atos de fala, ao se entenderem uns com os outros sobre algo, pretensões de validade, mais precisamente, pretensões de verdade, pretensões de correção e pretensões de sinceridade, conforme se referem a algo no mundo objetivo (enquanto totalidade dos estados de coisas existentes), a algo no mundo social comum (enquanto totalidade das relações interpessoais legitimamente reguladas de um grupo social) ou a algo no mundo subjetivo próprio (enquanto totalidade das vivências a que tem acesso privilegiado) (HABERMAS, 1989, p. 79).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

O autor destaca que as ações precisam de um contexto, uma interação livre de constrangimentos e distorções- nesse ínterim propõe uma *situação ideal de fala*. Habermas (2012b) destaca por outro lado o agir teleológico¹: "o modelo teleológico do agir é ampliado a modelo estratégico quando pelo menos um ator que atua orientado² a determinados fins revela-se capaz de integrar ao cálculo de êxito a expectativa de decisões" (HABERMAS, 2012a, p. 163-164). Essa orientação do agir se destaca pela busca da maximização do proveito individual e da influência sobre o outro - não pressupõe referência aos três mundos, mas apenas ao mundo objetivo e uma única pretensão de validade.

A relação entre agir comunicativo e agir estratégico de Habermas constitui um dos fundamentos que Tenório (1998; 2005) utiliza para elaborar o conceito de gestão social, contrapondo-o à gestão estratégica. Gestão estratégica "é um tipo de ação social utilitarista, fundada no cálculo de meios e fins e implementada através da interação de duas ou mais pessoas, na qual uma delas tem autoridade formal sobre a(s) outra(s) (TENÓRIO, 1998, p. 14). Por outro lado, a gestão social passa a ser entendida "como processo gerencial dialógico em que a autoridade decisória é compartilhada entre os participantes da ação" em um espaço privilegiado da fala sem coerção (TENÓRIO, 2005, p. 101). Com isso indicamos a influência da ação comunicativa em várias concepções da gestão social (TENÓRIO, 2005; 2008; CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013; ALCÂNTARA, PEREIRA e SILVA, 2014).

Voltando a questão do mundo-da-vida é importante destacar que este conceito aparece nas obras de Habermas desde a década de 1960, com a publicação do livro *Conhecimento e Interesse* em 1968, no entanto, sua (re)formulação mais ampla vai ser somente em *Teoria do Agir Comunicativo* [*Theorie des kommunikativen Handelns*] de 1981 na segunda consideração intermediária do volume II da obra. Posteriormente, o conceito ainda é fundamental no diagnóstico de *Direito e Democracia*³ de 1992 (HABERMAS, 1997a; 1997b). Nesta obra Habermas (1997a; 1997b) considera que o mundo-da-vida forma: "[...] o horizonte para situações de fala e constitui, ao mesmo tempo, a fonte das interpretações, reproduzindo-se somente através de ações comunicativas" (HABERMAS, 1997b, p. 41) e que "manifesta-se como um complexo de tradições entrelaçadas, de ordens legítimas e de identidades pessoais - tudo reproduzido pelo agir comunicativo" (HABERMAS, 1997b, p. 42).

O conceito "mundo da vida", da teoria da comunicação, também rompe com o modelo de uma totalidade que se compõe de partes. O mundo da vida configura-se como uma rede ramificada de ações comunicativas que se difundem em espaços sociais e épocas históricas; e as ações comunicativas, não somente se alimentam das fontes das tradições culturais e das ordens legítimas, como também dependem das identidades dos indivíduos socializados. Por isso, o mundo da vida não pode ser tido como uma organização superdimensionada, a qual os membros se filiam, nem como

¹"O ator realiza um propósito ou ocasiona o início de um estado almejado, à medida que escolhe em dada situação meios auspiciosos, para então empregá-los de modo adequado". (HABERMAS, 2012a, p. 163).

²Em Max Weber (1983) encontra-se a diferenciação entre ação racional com relação a fins, ação racional com relação a valores, ação afetiva e ação tradicional. Habermas (2012a) diferencia, por sua vez, agir teleológico (e estratégico), agir normativo, agir dramático e agir comunicativo embasando-se em diversas vertentes das teorias sociológicas.

³Aqui [*Faktizität und Geltung* (1992)], Habermas (2011) amplia seu modelo comunicativo/discursivo mostrando como ele pode conferir legitimidade às democracias. Ele também vai defender uma relação profunda e interdependente entre direito e democracia, ou facticidade e validade e suas tensões. Contudo, o mundo-da-vida ainda é elemento essencial desse processo, do qual emerge a esfera pública (HABERMAS, 1997b).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

uma associação ou liga, na qual os indivíduos se inscrevem, nem como uma coletividade que se compõe de membros. Os indivíduos socializados não conseguiram afirmar-se na qualidade de sujeitos, se não encontrassem apoio nas condições de reconhecimento recíproco, articuladas nas tradições culturais e estabilizadas em ordens legítimas e vice-versa. A prática comunicativa cotidiana, na qual o mundo da vida certamente está centrado, resulta, *com a mesma originariedade*, do jogo entre reprodução cultural, integração social e socialização (HABERMAS, 1997a, p. 111-112; grifo no original).

O conceito de mundo-da-vida também vai compor obras como *Consciência Moral e Agir Comunicativo*, 1983; *Discurso Filosófico da Modernidade*, 1985; *Pensamento Pós-metafísico*, 1988; *Racionalidade e Comunicação*, 1996; *Verdade e Justificação*, 1999 e *Entre Naturalismo e Religião*, 2005; dentre outras obras. Não sendo intento abordar todas estas possibilidades voltamos a *Teoria do Agir Comunicativo e Direito e Democracia* para destacar, finalmente, a relação entre mundo-da-vida e sistema.

Como já destacado o modelo dual (DOMINGUES, 1999; SIEBENEICHLER, 2012) permite com que Habermas (2012b) reinterprete as patologias sociais através da tese da colonização do mundo-da-vida pelo sistema, isto é, dos imperativos teleológicos-estratégicos sobre a ação comunicativa, “expansão das relações de poder e da lógica do mercado sobre as relações sociais” (LÜCHMANN, 2002, p. 7-8).

A colonização do mundo da vida vai aniquilando os contextos capazes de comunicação, a integração social por meio do entendimento lingüístico. As interações regidas pelos meios sistêmicos acabam exonerando a ação comunicativa como modo de coordenação da ação, substituída por meios de comunicação deslingüístizados; uma instrumentalização dos recursos comunicativos do mundo da vida pelos imperativos sistêmicos. O engate institucional dos mecanismos de integração sistêmica no mundo da vida acaba solapando, burocraticamente, o espaço da formação discursiva da vontade coletiva, o espaço da opinião pública (LUBENOW, 2013, p. 170).

Segundo Rouanet (1987, p. 540) quando o sistema tenta colonizar o mundo-da-vida a racionalidade da reprodução simbólica (comunicativa) vai sendo crescentemente substituída pela racionalidade instrumental, e, com isso, surge, diversas patologias sociais como anomia social, alienação e reificação (VANDENBERGHE, 2011).

Habermas descobre o alastramento irracional de formas de racionalidade econômica e administrativa, destituídas de linguagem, as quais passam a infiltrar-se subrepticamente em esferas vitais que são estruturadas sempre de acordo com um sentido ético, estético e comunicativo, fragmentando-as. Este alastramento conduz à “colonização do mundo da vida”, ou seja, à demolição e ao saque de elementos não regeneráveis da tradição cultural (SIEBENEICHLER, 2003, p. 39).

Essa colonização representa em Habermas (2012b) um elemento que impossibilita a reação do mundo-da-vida. No entanto, Habermas (1997b) concebe no íterim de uma reformulação da esfera pública (LUBENOW, 2012) a possibilidade dos fluxos comunicacionais oriundos do mundo-da-vida influenciar os sistemas administrativos e econômicos. Essa discussão presente sempre na relação mundo-da-vida - sistema (que complementam a visão da realidade social; não são dicotômicos). Advertidamente neste trabalho focamos nas concepções do mundo-da-vida em detrimento das contribuições da

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

teoria dos sistemas (Habermas estuda e integra a obra de Niklas Luhmann para relacionar as duas visões da sociedade). Pois, o próprio conceito de mundo-da-vida possibilita uma crítica ao predomínio da razão instrumental sobre as experiências cotidianas (PIZI, 2006).

Posto isso, na seção seguinte, apresentamos a avaliação como experimento social/mental, fundamentando-se no conceito de mundo-da-vida.

4. Avaliação como Experimento Social: Fatos, Valores e o Mundo-da-vida

Dos quatro argumentos assumidos anteriormente (seção *Avaliação em Gestão Social como experimento de superação da dicotomia fato x valor*) para a realização do experimento mental, as duas primeiras foram detalhadamente tratadas por Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) no que concerne às suas consequências epistemológicas para suportar a consideração dos valores como elementos racionais nos processos avaliativos. O argumento 1 que se refere a concepção que **é preciso superar a dicotomia entre fatos e valores e ambos devem ser considerados racionalmente nos processos de avaliação** foi densamente debatido, de forma geral, pelo filósofo Hilary Putnam (2002; 2008), e, em especial nos processos de avaliação por Sen (1997; 1999; 2000), Walsh (2003) e House e Howe (2001), House (2001) e Howe (2002). E, no campo da gestão social por Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) ao aplicarem na avaliação de projetos sociais. Especialmente, estes últimos trabalhos, bem como Cabral (2004; 2006; 2009) destacam que a **gestão social oferece argumentos para superar a dicotomia fato e valor** (argumento 2). Dessa forma, indicamos uma *base sólida* de discussão em cima da qual partimos para os dois argumentos seguintes. Não obstante, estes podem ser problematizados em outros momentos deixando de serem autoevidentes, aqui, é um saber que serve de plano de fundo para nosso debate.

O argumento 3 (**a avaliação cumpre através da linguagem, orientada ao entendimento, papel comunicacional e informacional**) é necessário para apresentarmos o argumento 4 (**a avaliação em gestão social deve ser capaz de explicitar fatos e valores do/no mundo-da-vida dos diversos públicos constituintes, como reveladora de significados projetados no espaço público**). Nesse sentido, é sobre estes que focamos as discussões abaixo. No fim, consideraremos uma representação gráfica do processo de avaliação que considere os mundos-da-vida dos diversos públicos constituintes.

4.1. Um Argumento Valorativo-comunicativo para a Avaliação

A linguagem se constitui em Habermas (1989; 2012a; 2012b) de *médium* para o entendimento e abre espaço, com a teoria pragmática "[...] para a substituição da consciência transcendental kantiana - tida como fonte e condição de possibilidade de relações sociais - por práticas de uma comunicação que se realiza mediante linguagem comum" (SIEBENEICHLER, 2012, p. xix). Portanto, a ação comunicativa faz referência a pretensões de validade: verdade, correção e veracidade na relação entre pelo menos dois sujeitos dispostos a interagirem mediante atos de fala (HABERMAS, 2012a). Especialmente, no agir comunicativo em sentido forte: "quando se pode criticar um ato ilocucionário sob todas as três pretensões de validade" (HABERMAS, 2002, p. 119). Consequentemente, os argumentos 3 e 4 são dependentes, pois, nas palavras Siebeneichler (2012, p. xxii): "[...] a viabilidade da nova

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

configuração teórica depende basicamente do conceito 'mundo da vida' entendido como pano de fundo linguístico do agir comunicativo". Logo, entre ação comunicativa e mundo-da-vida existe circularidade e complementação.

Nesse norte, a linguagem e a comunicação se tornam fundamentais nas práticas de gestão e avaliação, principalmente, se as consideramos como ações voltadas para o entendimento e o esclarecimento. Nesse sentido, o empreendimento de Habermas sempre foi reconhecer a possibilidade de uma dimensão intersubjetiva da realidade social em que o uso da linguagem é o método fundamental para que os seres humanos coordenem suas ações. Assim, no diálogo livre de coerção, os atos de fala demandam pretensões de validade, referência ao mundo objetivo, social e subjetivo. Se as pretensões são aceitas pelo outro (*alter*) tem-se que o entendimento (*verständnis*): "a união dos participantes da comunicação sobre a validade de uma exteriorização" (HABERMAS, 2012b, p. 221), é necessário para o consenso (*einverständnis*) ou acordo: "reconhecimento intersubjetivo da pretensão de validade que o falante une a uma exteriorização" (HABERMAS, 2012b, p. 221).

As noções de pretensões de validade em processos de avaliação são fundamentais pois somente com o reconhecimento intersubjetivo é que os atores sociais, públicos constituintes, poderão aceitar como legítimos a construção dos instrumentos e indicadores - quando nesses processos eles se submeterem "aos critérios públicos da racionalidade do entendimento" (HABERMAS, 1990, p. 82-83). Isso significa que durante a avaliação quando não se chega ao consenso, isto é, os proferimentos forem problematizados, os públicos constituintes poderão "[...] abandonar as certezas preestabelecidas e ingressar em um processo de construção argumentativa da validade em questão" (OLIVEIRA, AYRES e ZOBOLI, 2011, p. 368). No mais, é importante destacar o que se entende por argumentação:

Denominamos argumentação o tipo de discurso em que os participantes tematizam pretensões de validade controversas e procuram resolvê-las ou criticá-las com argumentos [...]. A 'força' de um argumento, mede-se, em dado contexto, pela acuidade das razões; esta se revela, entre outras coisas, pelo fato de o argumento convencer ou não os participantes de um discurso, ou seja, de o argumento ser capaz de motivá-los, ou não, a dar assentimento à respectiva pretensão de validade (HABERMAS, 2012a, p. 48).

As deliberações advindas desse processo argumentativo é parte essencial da construção do ambiente avaliativo que tem como horizonte um mundo-da-vida compartilhado. Nesse sentido, um ambiente avaliativo (CABRAL, 2011; HOUSE e HOWE, 2001) se aproxima de uma comunidade de comunicação¹ "[...] cujos inquiridores (falantes) reconhecem a sua experiência reflexiva nos processos de argumentação como orientação normativo-crítica geral dos discursos produzidos no mundo da vida" (HARDY, 2006, p. 47-48). Não há, dessa forma, processo avaliativo sem comunicação e sem linguagem. Logo, com Habermas (2012b) destacamos a importância destas categorias nos processos avaliativos e do mundo-da-vida enquanto instância compartilhada. Essa consideração se aproxima da perspectiva do mundo-da-vida em Schutz (1979), bem como de algumas das interpretações do conceito em Husserl.

O "mundo da vida" é o mundo edificado nos/sobre dados na forma de signos e significados apreendidos pela consciência intersubjetiva, que neles encontra a matéria-prima das interpretações que efetivamente vão constituir a experiência de

¹Termo devedor ao filósofo alemão Karl-Otto Apel. Ver: Apel (2000).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

vida, o “mundo vivido”. Não há “mundo da vida” sem significados; não há “mundo da vida” sem comunicação (MARTINO e MARQUES, 2013, p. 7).

Dito isso, em um processo de avaliação a comunicação com todos os públicos se torna fundamental. A própria expressão comunicação possui uma dimensão próxima ao conceito de mundo-da-vida, afinal, para Martino e Marques (2013), comunicar se relaciona com tornar comum e compartilhar. Como a linguagem confere significado ao mundo em que se vive e este significado orienta a ação das pessoas (VIZEU, 2005), é importante considerar que os processos de avaliação devem ser capazes de explicitar tanto os fatos quanto os valores que fazem parte do mundo-da-vida dos indivíduos. Assim, é imperioso considerar o ponto de vista de todos os indivíduos afetados (MATTIA e ZAPPELLINI, 2014). Nessa acepção valorativa-comunicativa da avaliação, a ação comunicativa emerge como reprodutora do mundo-da-vida dos públicos constituintes.

Os argumentos de Habermas (2012a; 2012b) possuem como núcleo o uso da linguagem como método fundamental de coordenação das ações, para os debates da esfera pública e da democracia nas sociedades complexas. Isso se faz verdade, pois suas obras defendem o uso público da razão. Os processos de avaliação, são neste sentido, momentos importantes de *direito à palavra* e de expressão pragmática-moral dos públicos constituintes. Apresentamos neste trabalho que essa comunicação pode ser captada (compreendida) mediante o *Mapa de Bens Públicos* e o *Mapa Semântico das ENCIR*, os quais organizam os significados correlatos entre o mundo-da-vida e a sistematização avaliativa, isto é, reúne fatos e valores como igualmente importantes. Niemi e Kemmis (1999) e Ryan (2004) também argumentam a importância da comunicação nos processos avaliativos através da conversa e da reflexão entre as diversas partes interessadas no processo.

Pelo que argumentamos, a avaliação cumpre um papel comunicacional e informacional¹, e deve, portanto, ser capaz de elucidar os valores transmitidos e os benefícios alcançados - impactos sociais, de modo que a avaliação aparece como *experimento social* avaliativo para poder apresentar o lugar da linguagem nestes processos. Para fazer conexão com os dois primeiros argumentos, esses valores devem ser considerados de forma racional.

Por agora, a questão que colocamos é quais são estes valores relevantes para os projetos sociais. Aqui, se faz fundamental considerar os critérios/valores destacados por House e Howe (2001), Cabral (2001) e Tenório et al. (2008; 2010). Para House e Howe (2001) deve haver a inclusão, o diálogo e a deliberação com todos os envolvidos no processo de avaliação, para que, através desse processo se busque um acordo. Para tanto, é preciso "*reunir las perspectivas enfrentadas, de manera que las partes interesadas puedan emprender una deliberación y entablar un diálogo*" (HOUSE e HOWE, 2001, p. 135). Com a presença de todos os públicos interessados, os valores devem ser considerados e discutidos, pois é somente pelo diálogo e deliberação que se pode chegar a conclusões válidas (HOUSE e HOWE, 2001). Neste mesmo norte, em Habermas (1997b) é a ação comunicativa que fornece elementos para a formação da vontade coletiva e uma situação de avaliação democraticamente constituída (NIEMI e KEMMIS, 1999).

¹Por ser informacional contribui também para a perspectiva da gestão social apresentada em Cançado, Pereira e Tenório (2013), a saber: "[...] tendo como tarefas [da gestão social] na sociedade civil sistematizar os saberes alternativos, estruturar avaliações técnicas especializadas voltadas para o bem comum, fortalecer a esfera pública municiando-a de informações de qualidade, dentre outras" (CANÇADO, PEREIRA e TENÓRIO, 2013, p. 103).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Na perspectiva da *evaluación democrática deliberativa* (HOUSE e HOWE, 2001) os pontos de vista e preferências dos participantes devem ser sujeitos a crítica e análise racional. Em tal processo, beneficiários, doadores, voluntários, empregados e instituidores devem estar presentes, pois se o diálogo não for inclusivo pode levar a equívocos no processo avaliativo. Além de que, "as organizações sociais acessam diversas fontes de recursos sociais (fundos públicos, trabalho voluntário, doações privadas de pessoas e empresas, entre outras) enquanto articulam diferentes grupos sociais" (CABRAL, 2011, p. 1921), sendo dessa forma um encontro de diversas lógicas advindas de atores da sociedade civil, do Estado e do mercado (um *locus* onde as perspectivas de mundo-da-vida e sistema se fazem presentes no espaço público). Os processos de inclusão, diálogo e deliberação acerca de valores se tornam pilares dessa concepção avaliativa, pois, "estes públicos constituintes se identificam por diferentes valores determinando expectativas, necessidades, capacidades, interesses e representações sociais da missão" (CABRAL, 2008, p. 30). A relação entre estas lógicas e os envolvidos nos projetos pode ser constatada em Cabral e Muzy (2014, p. 342), "o conceito de públicos constituintes possibilita o reconhecimento dos diversos grupos sociais que se diferenciam pelas ENCIR, associando-se em termos dos valores relevantes que os projetos comunicam".

Ainda sobre os valores do espaço avaliativo, fazemos também relação com os critérios de avaliação de processos decisórios deliberativos: processos de discussão, inclusão, pluralismo, igualdade participativa, autonomia e bem comum elaborados e aplicados por Tenório et al. (2008; 2010). Cabral (2011) considera também um conjunto de atributos do espaço público: visibilidade, controle, defesa social, democratização, representatividade de interesses coletivos, sustentabilidade, cultura pública, autonomia, universalidade, qualidade e efetividade. Como a autora defende estes devem ser referência para identificar os benefícios dos projetos. No âmbito internacional, os *public values* levantados por Jørgensen e Bozeman (2007) podem servir de orientação. Dentre o 72 valores do inventário dos autores destacamos os mais próximos da proposta da gestão social e da concepção de espaço público adotada: participação dos cidadãos, escolha coletiva, bem comum, democracia, diálogo e interesse público. Estes valores podem criar representações comuns, narrativas compartilhadas e troca de significados sobre os projetos sociais em questão e como reconhece Bozeman (2007) proporcionam um consenso normativo.

Para essa proposta, "valores são princípios e normas que orientam e refletem ações e comportamentos, induzindo-os e assumindo representações sociais simbólicas que os comunicam estabelecendo redes e vínculos sociais [...]" (CABRAL e MUZY, 2014, p. 344). Andersen et al. (2012) também destacam que os valores públicos podem ser vistos como princípios a ser seguidos democraticamente, direcionando as ações e a realização de fatos. Além disso, "toda prática humana, ainda quando se apresente como fatos, está inegavelmente carregada de valores" (DIAS SOBRINHO, 2008, 194).

Neste artigo, estes valores listados são os considerados para pensar no âmbito dos projetos de ações sociais a superação entre a dicotomia fato x valor. Essa superação se faz, inegavelmente, pela comunicação de valores e fatos. Através da linguagem e considerando o significado (de fatos e valores) é possível rejeitar a dicotomia. Concorda com isso, a afirmação de Putnam (1981) que sem valor não há também fatos: fatos são carregados de valores e valores carregados de fatos. Neste sentido, tanto Putnam (2008) quanto Habermas (2004) apresentam o significado através das relações cotidianas e mediadas pela linguagem (LIMA, 2013). Neste ponto, eles são consensuais compartilhando um pragmatismo kantiano (HABERMAS, 2004; PUTNAM, 2008). Além disso, Habermas (2007, p. 45) considera que

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

"se os significados 'não estão na cabeça', como quer Putnam, só a linguagem pode ser o veículo intersubjetivo pelo qual esses significados tomam corpo".

As linguagens enquanto sistemas conceituais formam conjuntos de condições possibilitadoras, um meio no qual se estabelece intersubjetivamente o contato com o mundo e, também por isso, o incremento recíproco de nosso saber do mundo e dos sistemas conceituais (LIMA, 2014, p. 203).

Estas discussões nos permitiram mostrar a importância da comunicação e da linguagem para a construção dos sentidos e significados da avaliação e da consideração dos valores no processo avaliativo, portanto, em uma abordagem que podemos denominar de valorativa-comunicativa da avaliação em gestão social.

Finalmente, dada a importância dos valores nesta forma de realizar um processo avaliativo, como experimento social, é patente que as avaliações em gestão social superem a dicotomia fato x valor para se materializar como uma possibilidade dialógica de gestão. Na subseção seguinte apresentamos Mapa de Bens Públicos e o Mapa das ENCIR como metodologias coerentes com essa abordagem e destacamos mais profundidade como o debate Habermas-Putnam nos permite pensar os processos avaliativos.

4.2 Fatos, Valores e o Mundo-da-vida dos Públicos Constituintes

Argumentamos nesta seção que a comensurabilidade prática dos juízos de fato e valor é realizada pelo processo avaliativo como instrumentos comunicativos. Sua justificativa está detalhada por Cabral e Muzy (2014) e, resumidamente, considera que a inclusão dos valores nas experiências avaliativas permite identificar os atributos específicos que compõem na construção de indicadores valorativos apontados como: *ponderação*; *referencial de maximização*; e *indeterminação de causas e efeitos*. Como exemplo consideremos a experiência de pensamento de ajuste do conforto térmico de um recinto que supõe a combinação *ponderada* de medidas de valor (satisfação com o padrão de temperatura) e medidas de fato (aferação por um termômetro), para sugerir um *referencial de maximização* do conforto, para o qual são as múltiplas alternativas de combinação e *irrelevantes as causas* do ajuste.

Assim, quando afirmamos uma expressão valorativa acerca de um fato, transmitimos o significado da experiência e do campo das possibilidades, inerentes também ao mundo empírico. A *indeterminação de causas e efeitos* sugere que os valores permitem arrolar alternativas de realização do fato sujeitas à inferência que decorre do diálogo a partir de informações incompletas, mas que compõe o agregado informacional no processo avaliativo. Cabral e Muzy (2014, 345) assim se referem a estes atributos comunicados pelos valores:

Sob o aspecto teórico, os [três] atributos [ponderação; referencial de maximização; e indeterminação de causas e efeitos] se articulam, de modo que a consideração dos valores garante um referencial do exame do campo das possibilidades, das liberdades de realização das ações investigadas, preservando a escolha máxima sobre um acervo de alternativas existentes, resguardando o ingrediente de liberdade do dever-ser passível de hierarquização e composição com outros valores, de modo variável, convergente e ponderado (CABRAL e MUZY, 2014, p. 344).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Esta abordagem se apoia na argumentação de Amartya Sen (1982; 2000) no caso da economia, a respeito da superação do consequencialismo como expressão exacerbada da vinculação entre meios e fins, mostrando que os valores *sopesados* garantem a possibilidade prática de adequação múltipla e alternativa de meios às finalidades, sem transigir com a ética na escolha destes meios. Por isso, Putnam (2008) mostra que Amartya Sen enfrenta uma das facetas da dicotomia fato x valor que se refere ao distanciamento entre economia e ética.

Este raciocínio permite ainda incorporar a incerteza decorrente da decisão em estados de informação incompleta¹ no qual a variedade e variabilidade dos achados avaliativos e de seus possíveis determinantes não são impeditivos da razão, por subjetividade ou probabilidade de ocorrência, mas sim refletem a articulação imprecisa do mundo prático, da variedade dos indivíduos e de sua ação social que não pode prescindir da ação comunicativa para elaboração de conteúdos significativos. Esse processo avaliativo é, nessa acepção, realmente uma experiência ou um experimento social em que participa os públicos constituintes. Nesse sentido, é importante lembrar que para Schutz (1972) e Habermas (2012b) o mundo-da-vida se relaciona com o conhecimento acumulado através de experiências cotidianas. O conhecimento avaliativo vai ser, então, construído durante todo o processo, que se diferencia de um processo padronizado/linear de aplicação de instrumentos genéricos, ou a contagem dos fatos, como número de envolvidos, total de investimento ou uso dos recursos do projeto. O saber/conhecimento avaliativo ganha um *status* de interação mediada pela linguagem: "[...] assim que concebemos o saber como algo mediado pela comunicação, a racionalidade encontra sua medida na capacidade de os participantes responsáveis pela interação orientarem-se pelas pretensões de validade que são assentadas no reconhecimento intersubjetivo" (HABERMAS, 2000, p. 437).

No que se refere a dicotomia fato x valor, exemplos de combinação com regras de sopesamento, maximização e incerteza, podem ser colhidos no campo do direito, onde os pesquisadores (DWORKIN, 1977; ALEXY, 1997; ÁVILA, 2005) suscitam discussões semelhantes para a aplicabilidade das normas jurídicas. Para clarear, tomemos por um instante um exemplo de afirmações concorrentes acerca de um bem: "o preço do sapato é R\$ 10,00, e "este é um sapato valioso", que diferem enquanto signos mas não se antagonizam, porque refletem a mensuração por instrumentos distintos. Se a primeira for considerada válida porque podem pessoas independentes concordar com o fato, a segunda não pode ser invalidada apenas porque reflete a intensidade subjetiva com que estes indivíduos possam eventualmente discordar sobre ela. O que se examina no discurso de avaliação é a imprecisão que estas informações complementares carregam e o sopesamento com que a valoração é realizada. Não existe assim prioridade de um juízo sobre outro, mas diferenças e complementaridades não excludentes na informação que agregam. Ambas as assertivas podem ser problematizadas e sobre elas se iniciar um processo discursivo e argumentativo. Nesse sentido, a valoração, enquanto ato de fala, pressupõe pretensões de validade.

¹Sobre a existência de informação nas decisões, é importante lembrar do conceito de racionalidade limitada de Simon (1965). Para ele os autores não possuem informações completas para a tomada de decisão sobre suas ações. Por isso, "[...] a razão funciona, por conseguinte, só depois de ter recebido um conjunto adequado de informações iniciais ou premissas. Se a razão for aplicada à descoberta e à escolha de percursos de ação, então, essas informações que recolhemos incluem, pelo menos, um conjunto de proposições com a partícula *deve*, ou valores a serem alcançados, e um conjunto com a partícula *é*, ou fatos sobre o universo em que a ação vai ser concretizada" (SIMON, 1989, p. 15-16). Nesse ínterim, o autor também destaca que a razão engloba fatos e valores.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

House e Howe (2001, p. 150) também são contrários a dicotomia fato x valor, para eles, "*las afirmaciones de datos y de valores descansan en un continuo en el que se mezclan en afirmaciones de evaluación [...] Tanto los datos como los valores pueden determinarse mediante procedimientos racionales*". Para estes autores desde Hume, os juízos de valor são equivocadamente entendidos como expressões simplesmente de sentimentos e não poderiam ser considerados objetivamente, isto é, estariam fora do escopo da pesquisa científica. Para eles o valor se relaciona com a valoração (*valoración*), a estima de valia e, portanto, não é um desejo irreflexivo. Consequentemente, os valores estão associados a qualquer avaliação e devem ser considerados como tal (HOUSE e HOWE, 2001).

No mesmo norte, Putnam (2002) mostrou que assumir a dicotomia é assumir a tese que afasta inconsistentemente a ética e as matérias de fato, os julgamentos analíticos e os sintéticos. Fatos e valores não são incomensuráveis como se uns (os de fato) fossem neutros por serem impessoais e os outros (de valor) fossem irracionais. Este é o fundamento a que recorre Amartya Sen (1982; 1985; 2000) para aprofundar o exame da qualidade de vida recusando-se a refletir apenas sobre o que um indivíduo escolhe entre possíveis cestas de bens, mas solicitando que se investigue nos processos avaliativos, ao que lhe é facultado acesso, pois o valor atribuído ao bem escolhido está condicionado ao fato representado pelo acesso referido. Sen (1982; 1985; 2000) denominou *decapabilities* liberdades, ou o conjunto de liberdades, que determinam a fruição das funções sociais que o indivíduo acessa. A contribuição das abordagens de Putnam e Habermas sobre o problema dos juízos de fato e valor e a relevância da ação comunicativa, permite também conexão com o esforço de Sen (2000) e colaboradores para mensurar as *capabilities*, nas situações de informação parcial.

Neste sentido e reportando-nos ao argumento original de Cabral e Muzy (2014, 346) só podemos expressar o conforto térmico de um ambiente a partir do exame da liberdade dos indivíduos de fruir aquele conforto e unificando as parcelas de informação contidas nos juízos parciais de fato e de valor através dos quais aqueles indivíduos se expressam sobre a sala. É importante ressaltar que a consideração de fatos e valores discutida em Cabral e Muzy (2014) para a qual remetemos o leitor, aponta o risco da admissão da excludência dos juízos é assumir, em um ou outro, fatos ou valores, o referencial único da racionalidade, recaindo no engano de desconsiderar a parcialidade da informação e assumindo apenas as determinações que emanam de um dos polos como ingredientes de decisão. De acordo com os autores,

Considerar essa liberdade, tecnicamente, é agregar indicadores de fato e de valor, comensurando-os, reconhecendo as hipóteses que permitem essa comensurabilidade e reproduzem a valoração do conforto térmico como estado considerado valioso e assumido pelos indivíduos (CABRAL e MUZY, 2014, p. 346).

É para esta explícita tarefa que concorre o *Mapa Semântico das ENCIR*, como instrumento avaliativo e ferramenta de auxílio do processo dialógico de tradução no *mundo-da-vida* dos significados dos experimentos sociais de avaliação. Nesse sentido, demanda categoricamente que todos os públicos constituintes façam parte do processo avaliativo. Com isso, indicamos no caminho de Habermas a possibilidade de atender aos princípios de discussão (D) e universalidade (U). Antes de fazer isso, deve-se destacar que na ética do discurso Habermas restringe como possível de argumentação apenas as normas, desconsiderando as questões valorativas (FREITAG, 1992). A seguir, finalmente, apresentaremos as principais diferenças entre as abordagens de Putnam e Habermas acerca dos

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

valores, e, como os processos avaliativos podem ser beneficiar desse debate sem polarizar os argumentos.

Habermas (1989) não apresenta a mesma pretensão de validade para fatos e valores. Fatos, mundo objetivo, tem como pretensão de validade a verdade e normas, a correção normativa, enquanto valores a adequação em determinado contexto cultural (RODRIGUES, 2013). No entanto, alguns valores podem ser corporificados em normas e alcançar pretensões de validade universal (em forma de discurso).

Não vinculamos tal pretensão normativa de validade [universal] a valores culturais; no entanto, os valores pleiteiam a corporificação em normas; em face de uma matéria que careça de regulamentação, eles podem obter obrigatoriedade gerais. À luz de valores culturais, as carências de um indivíduo revelam-se plausíveis também para outros indivíduos situados na mesma tradição [...] Neste caso, os envolvidos podem esperar uns dos outros que cada um deles, em situações correspondentes, oriente seu agir segundo valores preceituados de maneira normativa para todos os atingidos (HABERMAS, 2012a, p. 171-172).

Habermas (1997a; 2011a) destaca que normas possuem sentido deontológico, obrigam seus destinatários de forma generalizadas e possuem pretensão de validade¹, por sua vez, os valores são teleológicos e compartilhados intersubjetivamente variando entre determinadas culturas e grupos sociais - determinados mundos-da-vida. Assim, somente as normas seriam objetivas (PUTNAM, 2008). Contra isso, Putnam² (2008) afirma que Habermas está incorrendo em um sociologismo com relação aos valores e defende que eles também devem fazer parte de um processo de discussão para que se busque um vocabulário comum.

A insistência de Habermas em manter a distinção conceitual e formal entre "valores" e "normas" nem sempre é convincente. Enquanto as normas podem e devem ser submetidas a um procedimento discursivo para adquirirem sua validade, os "valores" ficam relegados ao campo do "mundo vivido" e aqui ao subsistema cultural, de onde não têm condições de se desprenderem para fins de uma "validação universal" (FREITAG, 2005, p. 195).

Para Putnam (2008) a objetividade pressuposta para as normas implica em objetividade para pelo menos alguns valores e acusa Habermas de um naturalismo e não cognitivismo em relação aos valores. Habermas, em réplica, afirma que a tentativa de conciliação de Putnam (2002; 2008) cai em um realismo cognitivo - não se pode nivelar o mundo dos fatos com o mundo-da-vida: "Putnam transfere o realismo epistemológico para o registro de um realismo axiológico (LIMA, 2013, p.476). Habermas (2004) defende um naturalismo fraco preservando um dualismo metodológico entre mundo-da-vida e mundo objetivo - para Lima (2013;2014) essa posição é um cognitivismo fraco. Por isso, Putnam (2008) afirma que Habermas trata as normas em sentido kantiano, e os valores naturalisticamente: "Eles [os valores] são vistos como produtos sociais contingentes, que

¹[...] os valores culturais encerram, é verdade, uma pretensão de validez intersubjetiva, mas encontram-se tão entrelaçados com a totalidade de uma forma de vida particular que não podem originariamente pretender uma validez normativa no sentido estrito - eles candidatam-se, em todo o caso, a materializar-se em normas que dêem vez a um interesse universal" (HABERMAS, 1989, p. 126).

²Ao rechaçar a dicotomia, recolocando a questão da 'objetividade' dos valores, Putnam refuta também a neutralidade axiológica na filosofia prática, isto é, a ideia geral, fortemente vinculada à ética deontológica de matriz kantiana, de que os valores não são passíveis de tematização racional enfática." (LIMA, p. 470).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

variam conforme variam os diferentes 'mundos da vida' " (PUTNAM, 2008, p. 151). Lima (2013, p. 221-222) nos esclarece mais este debate:

Seguindo evidentes inspirações hegelianas, Habermas sustenta que aos valores corresponde certa objetividade, mas não uma objetividade que devesse ser entendida de modo realista segundo o modelo de comprovação factual do conteúdo empírico. Trata-se de uma objetividade que repousa sobre o reconhecimento intersubjetivo de padrões axiológicos para os quais podemos encontrar boas razões com referência a uma forma de vida correspondente. Portanto, seguindo Hegel, Habermas concebe a objetividade dos juízos de valor como intersubjetividade (Habermas 2002b, p.98), isto é, concebe tal objetividade com referência a determinadas comunidades (LIMA, 2013, p.477).

No entanto, a posição de Habermas não torna os valores irracionais. Habermas (1989) se define como um cognitivista, mesmo que seja um cognitivismo fraco (LIMA, 2013; 2014). Em nota de *Consciência Moral e Agir Comunicativo* esclarece isso: "[...] não tenho a intenção de defender qualquer dualismo ontológico entre determinados domínios da realidade (por exemplo, cultura versus natureza, valores versus fatos ou outras demarcações neokantianas da natureza semelhantes" [...] (HABERMAS, 1989, p. 58). Por isso, consoante Rodrigues (2013) Habermas também supera a dicotomia entre fatos e valores, mostrando que ambos podem alcançar uma decisão racional.

Denominamos racionais os sujeitos capazes de agir e falar que na medida do possível não se enganam quanto a fatos e relações meio fim. Mas é evidente haver também outros tipos de exteriorizações para as quais pode haver boas razões, mesmo que não vinculadas a pretensões de verdade ou êxito. Em contextos de comunicação não chamamos de racional apenas quem faz uma asserção e é capaz de fundamentá-la diante de um crítico, tratando de apresentar as evidências devidas. Também é assim chamado de racional quem segue uma norma vigente e se mostra capaz de justificar seu agir em face de um crítico, tratando de explicar uma situação dada à luz de expectativas comportamentais legítimas. E é chamado de racional até mesmo quem exterioriza de maneira sincera um desejo, um sentimento ou um estado de espírito, quem revela um segredo, admite ter cometido um ato qualquer, etc. e então se mostra capaz de dar a um crítico a certeza dessa vivência revelada, tratando de tirar consequência práticas disso e comportar-se a partir dali de maneira consistente (HABERMAS, 2012a, p. 43-44).

Afinal, as expressões valorativas "podem ser submetidas à crítica¹ e serem justificadas ou fundamentadas, podendo as ações dos atores serem consideradas racionais" (CAVALCANTE, 2001, p. 249). Portanto, a diferença central diz respeito a universalidade das normas, mesmo assim, em Habermas os valores não são simplesmente particulares, "[...] enquanto os atores usarem predicativos como 'temperado', 'atraente', 'estranho', 'horrível', 'nojento' etc. de modo que os demais integrantes de seu mundo da vida consigam reconhecer nessas descrições as reações que eles mesmos poderiam ter diante de situações semelhantes, então o comportamento dos atores está sendo racional" (HABERMAS, 2012a, p. 45-46). Em comum também, tanto normas quanto valores são dependentes de relações comunicativas e do mundo-da-vida, afinal, para Habermas (2002, p. 100) "a realidade social das normas de acção e dos valores entra no discurso através das componentes ilocutórias dos actos de fala".

¹"[...] elas assumem a forma da crítica estética (HABERMAS, 2012a, p. 52).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Finalmente, a posição de Habermas é defendida, segundo Rodrigues (2013) pelo medo de etnocentrismo diante da pluralidade de valores das sociedades modernas. Todavia, para Rouanet (1989) os valores poderiam ser discutíveis por vias discursivas (processo de argumentação) sem grandes problemas dentro da abordagem da ética do discurso do próprio Habermas. Como síntese do debate, pelo menos determinados valores possuem objetividade e os atores podem engajar-se em uma discussão a respeito deles (RODRIGUES, 2013; RODRIGUES e OLIVEIRA, 2013; LIMA, 2013; 2014) no ambiente avaliativo. E, voltando a Husserl (2002), observamos também que o conceito de mundo-da-vida pretendia romper a dicotomia objetivo-subjetivo, e ainda que “[...] Husserl pretende garantir a possibilidade de uma discussão acerca dos valores que embasam a atividade teórica de um ponto de vista não-reducionista” (FERRAZ, 2004, p. 379-371).

Portanto, ao utilizarmos os princípios U e D, o fazemos, então, como possibilidades de pensa-los como direcionamentos (categóricos) dos processos avaliativos. Para isso, consideramos os valores presentes na literatura nacional e internacional no âmbito das ações sociais. Dentre estes valores, a democracia¹ é considerada um valor passível de justificação universal. Outros destacados são a autonomia, bem comum, diálogo, igualdade, inclusão, interesse público, discussão, pluralidade, sustentabilidade e participação (BOZEMAN, 2007; TENÓRIO et al., 2008; 2010; ANDERSEN et al., 2011; CABRAL, 2011).

Estes princípios exigem uma aplicação intersubjetiva e não monológica desta regra de argumentação e permite a distinção de normas, valores e procedimentos (indicadores, instrumentos e processos) válidos das não válidos. O princípio ético-discursivo (D) exige que "uma norma só deve pretender validade quando todos os que possam ser concernidos por ela cheguem (ou possam chegar), enquanto participantes de um Discurso prático, a um acordo quanto à validade dessa norma" (HABERMAS, 1989, p. 86). Por sua vez, o princípio U (universalidade) afirma que: "[...] as normas válidas têm que merecer o reconhecimento por parte de todos os concernidos" (HABERMAS, 1989, p. 86). Na prática do campo da avaliação, autores como Rowe e Frewer (2000) e House e Howe (2001) já alertaram sobre a importância dos *atingidos* por um processo avaliativo participarem efetivamente da construção dos meios de avaliação e a aceitação pública do processo. Com isso, supera-se comunicativamente a ideia de que a avaliação seja apenas uma ação com relação a fins - estratégica e monológica realizados por tecnoburocratas.

Considerando os princípios D e U, essa perspectiva valorativa-comunicativa tem como fundamento epistemológico o mundo-da-vida na acepção de Habermas e a relação fato e valor em Putnam que permite, em conjunto, constatar que na prática cotidiana dos públicos constituintes fatos e valores são e interdependentes, inclusive na dos próprios avaliadores e que ambos devem ser considerados nos processos avaliativos.

Nos processos avaliativos é importante, assim, que a construção das formas de avaliação tenha reconhecimento intersubjetivo, para que possa, explicitar da maneira mais próxima possível o mundo-da-vida dos públicos constituintes e os impactos dos projetos sobre ele. Estes princípios eliminam a possibilidade de criação de uma forma de avaliação padrão para todos os projetos, pois, exigem através dos princípios da discussão que não sejam

¹"[...] los evaluadores deben ser defensores, de la democracia y del interés público. La democracia aspira a incorporar todos los intereses legítimos. Desde nuestro punto de vista, el interés público no es estático y, a menudo, no es inicialmente identificable, pero emerge (o debe hacerlo) a través de unos procedimientos democráticos, adecuadamente acatados, en los que la evaluación desempeña un papel" (HOUSE e HOWE, 2001, p. 138).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

replicáveis no processo de captar as especificidades dos projetos, tanto os bens produzidos como os valores reproduzidos. O que fica como procedimentos sistemáticos (universalizáveis) são os processos, os valores democráticos (democracia, inclusão, diálogo, deliberação, bem comum, interesse público, sustentabilidade, discussão e participação) e as formas de organizar essas demandas, que podem ser através do Mapa de Bens Públicos e do Mapa Semântico das ENCIR, ou seja, a perspectiva valorativa-comunicativa.

O ponto de partida para elaboração do *Mapa Semântico das ENCIR* (MSE) é o exame do Mapa de Bens Públicos - MBP desenvolvido por Cabral (2011), para onde remetemos o leitor. O MBP é parte da metodologia de avaliação aplicada a projetos sociais de organizações de interesse público. Trata-se de um inventário dos bens e valores desenvolvidos, articulados de acordo com sua relação normativa, de modo a captar os bens públicos produzidos e os valores reproduzidos de acordo com sua concepção do processo original de gestão.

Tomado como um desenho de avaliação (Quadro 1), o MBP é construído para afastar a alegada intangibilidade de benefícios na forma de valores reproduzidos pelas ações sociais. Encontra justificativa na relevância dos valores no processo comunicativo dos atores sociais e mesmo lembrando a organização do modelo lógico (FERREIRA, CASSIOLATO e GONZALEZ, 2007) enquanto ferramenta. Porém, o MBP se diferencia deste modelo por suspender juízos causais e de finalidade conforme apontamos acima e fixar-se na explicitação dos valores, como juízo normativo para apontar os vínculos com os resultados. É importante insistir na superação do raciocínio causal¹ e finalista para afastar a redução do processo avaliativo a um esquema de pareamento de meios e fins e garantir a explicitação dos valores como elementos de vinculação dos fatos avaliativos.

Como resultado prático o MBP oferece principalmente a identificação, nesta ordem: do objeto de avaliação representado na coluna *benefício* e lido como o *impacto* mensurável; dos *bens públicos* desenvolvidos, expressos como *fatos e valores*; e dos *resultados* esperados que se apresentam como os *indicadores* do processo avaliativo. Esta interpretação articulada do processo de gestão para efeito avaliativo, constitui-se no espaço avaliativo, ou no desenho do processo que identifica, sob a vinculação dos valores e fatos, os elementos fundamentais para o desenvolvimento da avaliação. Portanto, desta construção participa todos os públicos constituintes e os avaliadores. O Mapa funciona como uma síntese dos debates e das interpretações que emergem dos mundos-da-vida dos públicos constituintes.

Quadro 1 – Mapa de Bens Públicos

Recursos	Atividades	Focos	Projetos	Bens Públicos	Beneficiário	Resultados	Capabilidades	Benefício
Custos Sociais	Intervenções	Temas	Ações	Fatos e Valores	Foco do Impacto	Indicadores	Dimensões	Impacto

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cabral (2011).

¹A própria noção de causal como agenciamento de meios para a consecução de fins é parcial. Se remetermos a Teoria das quatro causas de Aristóteles constatamos que essa é apenas umas das possibilidades de causalidade (DOMINGUES, 1999).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

A avaliação consiste, em sequência, na identificação do processo comunicativo entre os públicos constituintes estabelecido no ambiente institucional, de maneira a sugerir a construção de instrumentos para se coletar as informações necessárias à explicitação dos valores e fatos em tela. É bom lembrar que essa proposta ressalta a construção do espaço de avaliação, isto é, os instrumentos e indicadores são construídos para o caso em foco, pois, como destacam também Boullosa e Rodrigues (2014, p. 151) "se cada avaliação possui sua própria lógica e pesquisa avaliativa, não é possível imaginar que exista uma receita comum". House e Rowe (2000) destacam também o caráter de unicidade de cada caso a ser avaliado.

O desenho deste processo comunicativo entre os públicos constituintes pode ser expresso em outro instrumento, que Cabral e Muzy (2014) denominaram *Mapa Semântico das ENCIR* (MSE) e que apresentamos abaixo para exemplificar como o conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) em Habermas pode esclarecer epistemologicamente o processo de tradução de significados que se reconhece na avaliação. O MSE consiste no arranjo para cada público constituinte dos conteúdos significativos de suas respectivas *Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações* (que fazem parte do seu mundo-da-vida). O processo de identifica-las pode ser resumido no exame do Quadro 2. Ressaltamos no âmbito deste artigo que as formas de fruição, o significado e as questões destacam a presença de fatos e valores nos processos avaliativos.

Quadro 2 – Processo de elaboração do Mapa Semântico das ENCIR.

ENCIR	Fatos / Valores				
	Expectativas	Necessidades	Capacidades	Interesses	Representações
Significado	visão do futuro	função do que faz ou recebe	o que sabe e tem liberdade de fazer ou receber	o que o leva a fazer ou receber	o que simboliza
Questões/Linguagem	qual?	como?	quanto?	por quê?	o quê?
Modo de fruição	mediato	imediate	bem mensurável	instrumentos	símbolos

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Cabral e Muzy (2014).

Na segunda linha do MSE lemos os significados das ENCIR, ou, as expressões que denotam o que os públicos constituintes reconhecem como o significado de suas expectativas, *necessidades, capacidades, interesses e representações* e assumem em seus discursos acerca dos bens públicos por eles fruídos. Dessa forma, dependendo de crenças, valores e costumes vivenciados *pele ser no mundo*. A terceira linha apresenta as perguntas originais de investigação que permitem identificar estes significados no processo prático da avaliação. Assim, por exemplo, para identificar as expectativas do indivíduo com a fruição do bem, indica-se a pergunta *qual a sua visão de futuro* decorrente de sua vinculação ao projeto avaliado. Estas perguntas são factíveis porque representam os elementos comunicativos elaborados pelos públicos para o estabelecimento de seu agir comunicativo neste espaço público.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Na quarta linha, apresentam-se a natureza dos bens fruídos, ou os modos de fruição dos bens. As expectativas são mediatizadas pelo processo de participação/comunicação, enquanto as necessidades apresentam-se imediatas na fruição do bem. Os interesses expressam modos instrumentais de abordagem do bem, enquanto as representações expressam a simbologia inerente à sua significação. As capacidades, cuja centralidade no quadro nos remete às considerações de Sen (1982; 2000), acerca das liberdades de acesso e fruição, manifestam-se como os atributos mensuráveis no processo avaliativo. No final, será possível constatar através da expressão de fatos e valores diversas expectativas (crescimento da empresa, trabalho, renda, desenvolvimento local, valorização, proteção, reduzir risco, etc), necessidades (atingir resultados, participar, remuneração, apoio, etc), capacidades (tempo, dedicação, etc), interesses (resultado econômico, assistência, diminuir risco, realização pessoal, compartilhar valores, etc) e representações (cooperação, progresso social, coesão, etc). Com isso, esse processo atende também aos critérios apresentados por Tenório *et al.* (2008; 2010) sendo interpretados para cada conjunto de públicos constituintes, isto é, qual o ENCIR dos públicos constituintes acerca dos processos de discussão, inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, autonomia e bem comum.

Nesse sentido, na gestão social enquanto campo que possibilita esse diálogo com o interesse público são relevantes a tomada de decisão coletiva livre de coerção, dialogicidade, a transparência e a autonomia dos públicos. No espaço público as características destes processos são envoltas por valores, atitudes, crenças, expectativas e recursos de diversos públicos constituintes. Neste espaço, os públicos constituintes devem se orientar por ações comunicativas, as únicas capazes de reproduzir o mundo-da-vida, nas suas relações com o saber cultural, as ordens legítimas e a identidade pessoal (HABERMAS, 2012b).

Finalmente, o MSE simula o processo de comunicação entre os públicos da mesma forma que o MBP simula o processo de gestão. Daí decorre a justaposição do agir comunicativo e do processo de gestão vinculados pelos valores como elementos simbólicos. Este processo responde à questão original que orienta este artigo descrevendo para a experiência avaliativa como o conceito de mundo-da-vida pode contribuir para esclarecer epistemologicamente o processo de avaliação em gestão social, garantindo a consideração dos valores como elementos dotados de racionalidade. Para tanto, o mundo-da-vida como o campo da própria intuição, ou um espaço de evidências originárias, para o qual o cientista se volta para verificar a validade das teorias, é ainda o *locus* onde os indivíduos realizam o entendimento sobre as outras esferas do sistema social através do processo comunicativo. A experiência avaliativa pode ser tomada como explicitação do mundo-da-vida dos diversos públicos constituintes, de acordo com o sugerido pelo último argumento destacado neste artigo (**a avaliação em gestão social deve ser capaz de explicitar fatos e valores do/no mundo-da-vida dos diversos públicos constituintes, como reveladora de significados projetados no espaço público**).

Como resumo, a Figura 1 destaca duas características importantes desse processo: i) consideramos o *locus* de avaliação um espaço público compartilhado constituído pela intersecção do Estado, mercado e sociedade/comunidade (CABRAL, 2011¹; CANÇADO,

¹Os trabalhos de Cabral (2011) e Cabral e Muzy (2014) realizam suas discussões sobre avaliação especificamente para o *locus* do terceiro setor. No entanto, é importante destacar que para eles o terceiro setor é um espaço social inter-relacional, intermediário e híbrido de ações sociais relacionadas ao Estado, mercado e comunidades. Com isso, é um locus de diversos públicos constituintes e suas ENCIR (Expectativas, Necessidades, Capacidades, Interesses e Representações).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

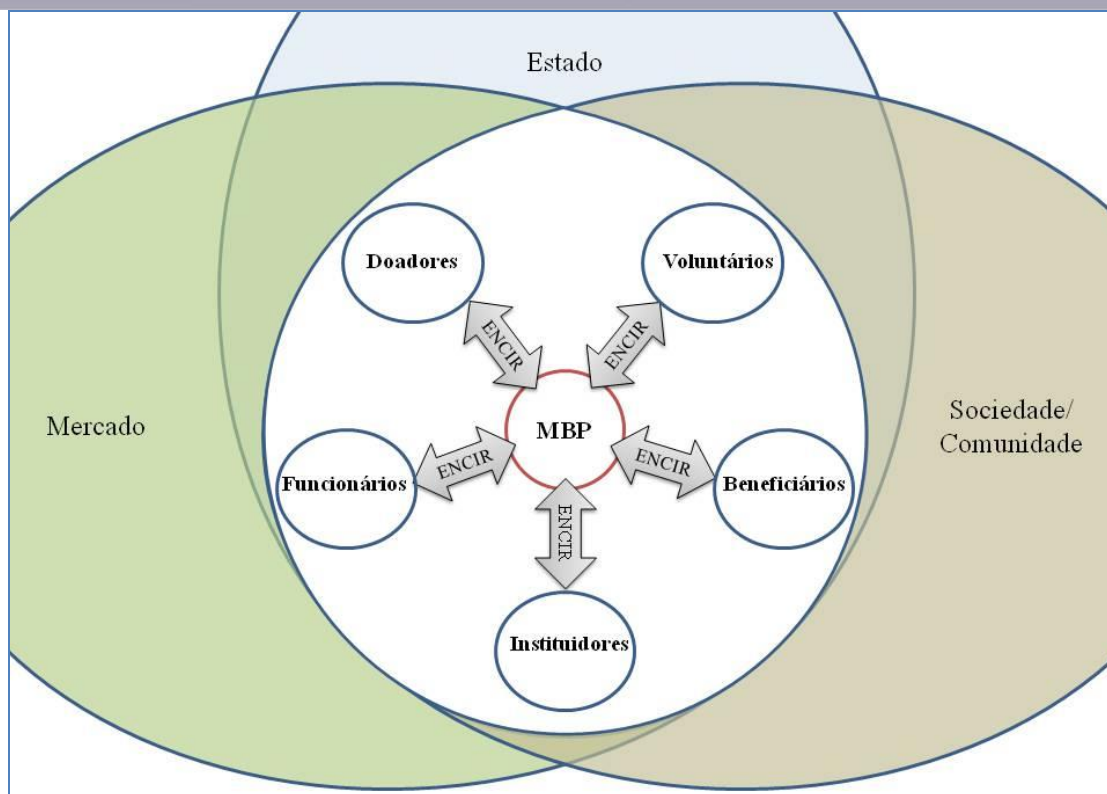
FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

PEREIRA e TENÓRIO, 2013), e, dessa forma, também um espaço de influências e tensões (CABRAL, 2011) - por isso, é relevante que os valores públicos, normativamente considerados, sejam reproduzidos; ii) o Mapa de Bens Públicos (MBP) e a ENCIR realiza um processo de coordenação intersubjetiva e explicita o mundo-da-vida dos diversos públicos constituintes nos processos avaliativos. Assim, as discussões colocadas contribuem para a criação de uma abordagem avaliativa em gestão social que simula a aplicação do conceito e sugere a busca de evidências empíricas que atestem o agir comunicativo e a superação da dicotomia fato x valor.

Figura 1 – Mundos-da-vida dos públicos constituintes no espaço compartilhado.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)



Fonte: Elaborado pelos autores¹.

A ilustração também nos permite lembrada colonização² do mundo-da-vida pelo sistema (HABERMAS, 2012b) realizada por sistemas que não utilizam a linguagem como *médium* das ações. Esta colonização (a burocratização pode ser entendida como uma de suas possibilidades - avaliações tecnocráticas, centralizadoras e hierárquicas) impõe restrições a importância dos processos comunicativos entre os públicos constituintes. É exatamente para evitar as *patologias* decorrentes deste fenômeno que destacamos a importância dos valores públicos e sua reprodução. Bem como, do direcionamento da avaliação pelo agir comunicativo. Como nos questionamos no início: este modelo avaliativo seria apenas uma demanda estratégica (dos Sistema) para o sucesso das finalidades avaliativas? Ou se trata do reconhecimento de um processo peculiar à comunicação entre os atores que possa se constituir na essência dos instrumentos avaliativos que incorporem a natureza da gestão social? Buscamos esclarecer que este processo é peculiar por considerar o mundo-da-vida como fundamento, e, portanto, ser uma demanda valorativa-comunicativa.

Uma outra faceta da colonização pode ser pensada em relação a própria ciência avaliativa. Se pensarmos com Husserl (1997) e Habermas (2012b) é possível observar que os

¹A figura pretende elucidar graficamente as relações estabelecidas no *locus* avaliativo. Ela não guarda dimensões empiricamente verificadas.

²"Neste espaço público, reconhecemos o campo de tensões estruturais onde se debatem as relações, os interesses e as necessidades, as expectativas dos indivíduos que atuam publicamente. Estas tensões se manifestam principalmente nas relações entre o mercantil e a esfera pública; entre o mundo uniforme das organizações com discursos e finalidades dirigidas e o mundo plural e inespecífico abordado pela comunidade; entre o mundo formal das organizações estruturadas e a informalidade comunicada pela comunidade e seus valores" (CABRAL, 2008, p. 25).

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

processos avaliativos que se prendem apenas em fatos pelo viés dos positivistas lógicos (PUTNAM, 2008) se distancia do mundo-da-vida (onde também habita ou se fundamenta a ciência): "[...] o racionalismo ocidental orienta-se, única e exclusivamente, pela esfera dos fatos" (PIZZI, 2006, p. 82-83). A eliminação dos juízos de valor dos processos é uma forma de transformar os processos avaliativos em atividades que passam a ser coordenadas por outros meios que não os linguísticos, simbólicos, valorativos e comunicativos. Mariconda (2006) ao tratar da dicotomia fato x valor, nos oferece também argumentos nesse sentido. Finalmente, acreditamos que os processos de avaliação devem ser capazes de explicitar e reproduzir o mundo-da-vida, destacando sua importância.

Quanto aos processos e instrumentos (ou técnicas¹) destacados, um último questionamento se faz pertinente: "será que a utilização de algum tipo de método [ou técnica] não instrumentaliza a razão comunicativa?" (TENÓRIO, 2008, p. 39). Cabe de início criticar a concepção da técnica como apenas agenciamento de meios para a consecução de fins (SILVA, 2005). Assim, o sentido de instrumentos e técnicas aqui utilizado superam a ideia de causa apenas como finalidade, bem como, já destacamos, que a concepção instrumental da expressão causal é apenas uma de suas significações (DOMINGUES, 1999). Também é patente superar "a ideia de que se trata apenas de fazer algo, a partir de alguma coisa, para um certo fim" quando na verdade revela um "compromisso entre a produção da coisa e a finalidade a que deveria servir" (SILVA, 2007, p. 369), tal como, é a concepção de técnica (da sua *essência*) em Martin Heidegger (2007). Além disso, na origem grega, técnica (*techné*) que não se distanciava da arte (*Por onde nos perdemos?*), pode ser quando um *artesão fabrica um vaso* (SILVA, 2007). É na interpretação de um trabalho de *artesão* que esperamos que a *armação* avaliativa aqui apresentada seja entendida, não como uma aplicação meramente instrumental e tecnoburocrática de instrumentos/técnicas.

Finalmente, no próprio Habermas (1989; 1990; 2012a; 2012b) se constata que a ação comunicativa faz referência a coisas no mundo objetivo, como uma planilha. A questão é que faz também referência ao mundo social e objetivo, de forma reflexiva. Concomitantemente, não é a utilização de objetos que coaduna uma ação estratégica, mas a busca pelo êxito (de forma monológica e instrumental), sem adequação as pretensões da ação orientada ao entendimento. Além disso, no sentido do mundo-da-vida um instrumento, se construído intersubjetivamente, representa uma linguagem comum aos envolvidos no processo.

É assim que surge o mundo objetivo: a partir de vivências subjetivas, são definidos padrões objetivos cuja determinação deve valer para todas as pessoas [intersubjetividade], pelo menos durante um determinado período de tempo. **O problema é que nós nos esquecemos disso** (STRUCHINER, 2007, p. 242; grifo nosso).

5. Considerações finais

Pizzi (2006, p.115) questiona-nos: "que significa uma reflexão filosófica que tenha como protagonismo o mundo da vida?". Considerando isto, este artigo também pergunta: que

¹Em *Técnica e Ciência Como Ideologia*, 1968, "Habermas irá advogar pela razão e agir comunicativos como saídas para o sistema do império da técnica e da razão instrumental" (PARANÁ, 2014, 162). No entanto, o autor está criticando a aplicação da técnica, não seus fundamentos.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

significa um processo avaliativo que tenha como protagonismo o mundo-da-vida? Argumentamos que significa: i) um processo que supera a dicotomia fato x valor e que ambos podem ser racionalmente considerados; ii) que a gestão social como produtora de bens/fatos e reprodutora de valores de forma dialógica é uma abordagem coerente com essa proposta; iii) a avaliação deve ser considerada um processo comunicativo e informacional; e iv) a avaliação por meio do Mapa Semântico das ENCIR e o Mapa de Bens Públicos revelam significados projetados intersubjetivamente no espaço público e portanto, explicitam o mundo-da-vida dos públicos constituintes. Nessa abordagem, eis, que a avaliação devem *retornar as coisas mesmas*, usando termo de Husserl, as *intuições originárias*, na experiência comum, enfim, ao mundo-da-vida.

Posto isso, este artigo objetivou comunicar como o conceito de mundo-da-vida (*lebenswelt*) pode esclarecer, epistemologicamente, o processo de avaliação em gestão social, que consiste em explicitar fatos, valores e seus respectivos significados intersubjetivamente compartilhados. Para tanto apresentamos como perspectiva de experiência avaliativa coerente com essa abordagem o Mapa Semântico das ENCIR e o Mapa de Bens Públicos, instrumentos comunicativos que emanam do mundo-da-vida dos públicos constituintes.

Argumentamos que o processo avaliativo (na perspectiva valorativa-comunicativa da avaliação) é revelador de valores quando orientado pelo entendimento e pela compreensão dos signos e não somente pela finalidade instrumental da decisão. Neste sentido, a experiência avaliativa é esclarecimento e não estabelecimento estratégico de causas teleológicas. Encontramos-nos com o raciocínio de Habermas que reconhece o desenvolvimento da linguagem e a orientação comunicativa da ação e que os processos instrumentais/estratégicos e comunicativos ocorrem em momentos epistemológicos diversos, além de que a reflexão instrumental é tardia em relação ao desenvolvimento da linguagem (signos). Estas considerações aplicadas ao experimento avaliativo permitem estabelecer a base epistemológica e o percurso lógico de conhecer os valores no campo do que denominamos espectro das possibilidades do fenômeno avaliado, sem individualizar causas como fatores teleológicos específicos e abstratos. Nesse mesmo sentido, apresentamos uma das tendências prática/teoria da avaliação que é o foco na participação dos interessados (NIEMI e KEMMIS, 1999; HOUSE e HOWE, 2000; 2001; MARK, 2001; HANBERGER, 2001).

Aqui é relevante referir-se à aplicação do termo signo aos achados avaliativos identificados na elaboração do Mapa Semântico das ENCIR e do Mapa de Bens Públicos, enquanto instrumentos comunicativos. Eco (2014), Pierce (1999) e Wiener (1968) reconhecem no processo de comunicação a função de discurso, como a ação que envolve três sujeitos cooperativos: um *signo* (ou valor reconhecido por carregar a significação transferida no processo), o seu objeto (ou bem realizado como fato o qual é atribuído o valor), e o seu interpretante (ou indivíduo que realiza esta atribuição/transferência de valor). Os experimentos avaliativos simulam este processo comunicativo elementar de atribuição de significados e neste sentido podemos nos valer da concepção de signo para comunicar os valores identificados nos bens produzidos pelos públicos constituintes.

As discussões focaram nas contribuições dos filósofos Hilary Putnam (fato e valor) e Jürgen Habermas (mundo-da-vida) e de avaliadores como Ernest R. House, Kenneth R. Howe. Concluímos, provisoriamente, que o conceito de mundo-da-vida é um fundamento epistemológico coerentes dos processos e instrumentos da avaliação que considera os valores do espaço público no âmbito da proposta da gestão social. Nesse texto focamos como estes

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

conceitos são férteis em análises sociais e especialmente no âmbito da gestão social como uma possível chave de leitura para se compreender e construir possibilidades de avaliação.

No processo avaliativo ocorre uma interação entre os avaliadores (HOUSE e HOWE, 2000; 2001) e os diversos públicos constituintes. Essa interação, normativamente, deve ser balizada pela linguagem como forma de entendimento e acordo. E que, nesse processo, as interpretações emergirão de saberes implícitos que serão compartilhados pelos participantes da interação, isto é, acessados no mundo-da-vida quando estes coordenarem suas ações comunicativamente. A aproximação que Habermas faz na *Teoria do Agir Comunicativo* entre a ação comunicativa e o mundo-da-vida, nos leva a considerar que a comunicação deve ser a base da criação de processos e instrumentos de avaliação - uma visão intersubjetiva em que a relação ocorre entre sujeitos, seus fatos (bens e serviços) e valores produzidos e reproduzidos. Assim, ao considerar o mundo-da-vida nos processos de avaliação estamos destacando a importância dos valores, comumente solapados pelos métodos positivistas. Os processos de avaliação devem considerar o *lebenswelt* como parte essencial da vida cotidiana dos envolvidos e da construção de um conhecimento válido sobre o impacto dos projetos sociais. Por fim, com Habermas destacamos a importância do mundo-da-vida nos processos avaliativos e, adiante, com Putnam o tratamento racional e discursivo da relação entre fatos e valores.

Coerente, com a existência dos mundos-da-vida dos diversos públicos constituintes ressaltamos que o espaço da avaliação é construído para o caso a ser avaliado, e com, isso não é possível generalização - ela está condicionada aos processos comunicativos e a aceitação por parte dos envolvidos. A pluralidade que nos revela o Mapa Semântico das ENCIR deve ser tomada como passo importante e não limada do processo de forma monológica. Assim, os indicadores de avaliação devem ser construídos no diálogo com todos os públicos constituintes (com atenção especial aos princípios U e D) e, por isso, não são dados a priori - são co-produzidos por meio da inclusão, do diálogo e da deliberação. E, nesse sentido, são validados intersubjetivamente, atendendo as pretensões de validade habermasianas de verdade, correção e autenticidade. O que apresentamos como procedimentos sistemáticos (universalizável) são os processos, os valores democráticos (democracia, inclusão, diálogo, deliberação, bem comum, interesse público, sustentabilidade, discussão e participação) e as formas de organizar essas demandas, que podem ser através do Mapa de Bens Públicos e do Mapa Semântico das ENCIR, ou seja, a perspectiva valorativa-comunicativa.

Como limitações da pesquisa destacamos uma abordagem resumida das discordâncias¹ entre Jürgen Habermas e Hilary Putnam acerca das especificidades com que tratam fatos, valores e normas; a restrição do conceito de mundo-da-vida a alguns autores, quando sua significação é bem mais ampla, e ainda, a carência de um debate mais profundo sobre o que entendemos por técnica, instrumento e causalidade. Sugerimos que estas limitações sejam foco de futuros trabalhos, tanto teóricos quanto empíricos. Acima de tudo, caso essa perspectiva de avaliação (valorativa-comunicativa) seja problematizada esperamos iniciar um processo de trocas de argumentos. Assim, "o processo de argumentação está intimamente associado com o processo de aprendizagem já que, sendo os proferimentos racionais falíveis e

¹Não foram discutidos os textos de Putnam, *Antwort auf Jürgen Habermas*, de 2002 e *Werte und normen* de 2001. E a réplica de Habermas *Werte und normen. einkommentar zu Hilary Putnamskantischenpragmatismus* de 2002. Estes textos são centrais para o debate entre os dois autores e pode direcionar novas pesquisas.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

passíveis de serem melhorados, sempre é possível uma nova aprendizagem como consequência das falhas ocorridas numa discussão" (CAVALCANTE, 2001, p. 250).

6. Referências

ALCÂNTARA, V. C.; PEREIRA, J. R.; SILVA, E. A. F. A formação de esferas públicas e a gestão social no Brasil. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), 2014, Bahia. **Anais...** Cachoeira: RGS, 2014.

ALEXY, R. **Teoría de la argumentación jurídica**: la teoríadel discurso racional como teoría de la fundamentación jurídica. Madrid: Centro de EstudiosConstitucionales, 1997.

ALLEBRANDT, S. L.; SIEDENBERG, D. R.; SAUSEN, J. O.; DECKERT, C. T. Gestão social e cidadania deliberativa: uma análise da experiência dos Coredes no Rio Grande do Sul, 1990-2010. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, p. 914-945, 2011.

ALMEIDA, E. A. C.; CABRAL, E. H. S. Os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 34, p. 267-290, 2013.

AMIN, C. A. A. Normas versus valores uma análise a partir de Jürgen Habermas. **RevistaJurídica**, v. 11, n. 93, p. 01-12, 2009.

ANDERSEN, L. B.; JØRGENSEN, T. B.; KJELDSSEN, A. M.; PEDERSEN, L. H.; VRANGBÆK, K. Public values and public service motivation: conceptual and empirical relationships. **American Review of Public Administration**, v. 20, n. 10, p. 1-20, 2012.

APEL, K-O. **Transformação da filosofia II**: o a priori da comunidade de comunicação. 2. edSão Paulo: Edições Loyola, 2000.

ÁVILA, H. **Teoria dos princípios**: da definição à aplicação dos princípios jurídicos. 4.ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BENOIST, J. "O Mundo para Todos": Universalidade e Lebenswelt no último Husserl. **Discurso**, n. 29, p. 209-238, 1998.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1985.

BERTERO, C. O. Réplica 2 - o que é um ensaio teórico? Réplica a Francis Kanashiro Meneghetti. **Revistade AdministraçãoContemporânea**. v. 15, n. 2, 2011, p. 338-342.

BOULLOSA, R. F.; RODRIGUES, R. W. S. Avaliação e Monitoramento em Gestão Social: Notas Introdutórias. **RevistaInterdisciplinar de Gestão Social**, v. 3, n. 3, p. 145-178, 2014.

BOZEMAN, B. **Public Values and Public Interest**: counterbalancing economic individualism. Washington, D.C.: Georgetown University Press, 2007.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

CABRAL, E. H. S. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. **AdministraçãoemDiálogo**, v. 11, n. 2, p. 21-34, 2008.

CABRAL, E. H. S. Espaço público e controle para a gestão social no Terceiro Setor. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, v. 86, p. 30-55, 2006.

CABRAL, E. H. S. Gestão social no terceiro setor: avaliação de processos e missão institucional. **Oficina do CES**, v. 190, p. 1-43, 2004.

CABRAL, E. H. S.; MUZY, P. T. Os valores e o valor da moeda: hipóteses sobre a comensurabilidade e a monetarização do impacto de projetos sociais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 339-356, 2014.

CASTELLÀ, C.; PARÉS, M. Participação e qualidade democrática: uma proposta de critérios de qualidade. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2012. p. 207-251.

CAVALCANTE, A. R. A racionalidade comunicativa de Jürgen Habermas. **Educação e Filosofia**, v. 15, n. 29, p. 225-257, 2001.

COHEN, E.; FRANCO, R. **Avaliação de projetos sociais**. Petrópolis: Vozes, 1994.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação educativa: produção de sentidos com valor de formação. **Avaliação**, v. 13, n. 1, p. 193-207, 2008.

DIAS, A. F. Capítulo 9 - Região do Coredes Noroeste Colonia e Caleiro (RS). In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Cidadania e desenvolvimento local: critérios e análise**. Rio de Janeiro: FGV, 2012. p. 159-180.

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999.

DRYZEK, J. S.; LIST, C. Social choice theory and deliberative democracy: A reconciliation. **BritishJournalofPoliticalScience**, v. 33, p. 1-28, 2003.

DUTRA, D. J. V. **Razão e consenso em Habermas: a teoria discursiva da verdade, da moral, do direito e da biotecnologia**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2005.

DWORKIN, R. **Taking rights seriously**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1977.

ECO, U. **Tratado Geral de Semiótica**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 2014.

FARIA, C. A. P. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 59, p. 97-110, 2005.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

FERRAZ, M. S. A. Lições do mundo-da-vida: o último Husserl e a crítica ao objetivismo. *ScientiaeStudia*, v. 2, n. 3, p. 355-372, 2004.

FERREIRA, H.; CASSIOLATO, M.; GONZALEZ, R. Como elaborar Modelo Lógico de programa: um roteiro básico. Brasília: 2007. Disponível em: <http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/TDs/td_1369.pdf>. Acesso em: 06 de jan. de 2015.

FREITAG, B. **Itinerários de Antígona**: a questão da moralidade. Campinas: Papirus, 1992.

FREITAG, B. R. **Dialogando com Jürgen Habermas**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2005.

HABERMAS, J. **A constelação pós-nacional**: ensaios políticos. São Paulo: LitteraMundi, 2001.

HABERMAS, J. **A ética da discussão e a questão da verdade**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

HABERMAS, J. **Consciência moral e agir comunicativo**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011a. Vol. I.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. 2.ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2011b. Vol. II.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1997a. Vol. I.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro:Tempo Brasileiro, 1997b. Vol. II.

HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HABERMAS, J. **Passado como futuro**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

HABERMAS, J. **Pensamento pós-metafísico**: estudos filosóficos. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HABERMAS, J. **Racionalidade e comunicação**. Lisboa: Edições 70, 2002.

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: racionalidade da ação e racionalização social. São Paulo: Martins Fontes, 2012a.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**: sobre a crítica da razão funcionalista. São Paulo: Martins Fontes, 2012b.

HABERMAS, J. **Textos y Contextos**. Barcelona: Editorial Ariel, 1996.

HABERMAS, J. **Verdade e Justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.

HADDAD, F. Habermas: herdeiro de Frankfurt?. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 48, p. 67-84, 1997.

HANBERGER, A. Policy and program evaluation, civil society, and democracy. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 2, 2001, p. 211-228.

HEIDEGGER, M. A questão da técnica. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 375-398, 2007.

HERDY, R. O pragmatismo metodológico: a comunidade da comunicação como limite da agência. **Direito, Estado e Sociedade**, v. 28, p. 47-58, 2006.

HOUSE, E. R. Unfinished business: causes and values. **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 3, p. 309-315, 2001.

HOUSE, E. R.; HOWE, K. R. Deliberative democratic evaluation. **New Directions for Evaluation**, n. 85, p. 1-12, 2000.

HOUSE, E. R.; HOWE, K. R. **Valores en evaluación e investigación social**. Madrid: Morata, 2001.

HOWE, K. R. **Closing methodological divides**: toward democratic educational research. USA: Kluwer Academic Publishers 2002.

HOWE, K. R.; ASHCRAFT, C. Deliberative democratic evaluation: successes and limitations of an evaluation of school choice. **TeachersCollege Record**, v. 107, n. 10, p. 2274-2297, 2005.

HUSSERL, E. **A crise da humanidade européia e a filosofia**. 2. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.

HUSSERL, E. **The crisis of European sciences and transcendental phenomenology**. Evanston: Northwestern University Press, 1997.

JANUZZI, P. M. **Indicadores sociais no Brasil**: conceitos, fontes de dados e aplicações. Campinas: Editora Alínea, 2012.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

JØRGENSEN, T. B.; BOZEMAN, B. Public values: an inventory. **Administration and Society**, n. 39, p. 354-379, 2007.

LANDWEHR, C. Rational choice, deliberative democracy and preference transformation. **Studies in Social and Political Thought**, v. 11, p. 40-68, 2005.

LIMA, E. C. Notas sobre o debate entre Putnam e Habermas em torno da objetividade dos valores: normatividade, realismo e pragmatismo. **Revista Eletrônica de Filosofia**, v. 11, n. 2, p. 201-227, 2014.

LIMA, E. C. Realismo cognitivo, naturalismo e pragmatismo ético: a estrutura normativa das 'formas de vida' segundo Habermas e Putnam. **Principia**, v. 17, n. 3, p. 459-488, 2013.

LUBENOW, J. A. A esfera pública 50 anos depois: esfera pública e meios de comunicação em Jürgen Habermas em homenagem aos 50 anos de Mudança estrutural da esfera pública. **Trans/Form/Ação**, v. 35, p. 189-220, 2012.

LUBENOW, J. A. O que há de político na Teoria da Ação Comunicativa? Sobre o déficit de institucionalização em Jürgen Habermas. **Revista Philósophos**, v. 18, p. 157-190, 2013.

LÜCHMANN, H. H. L. Democracia deliberativa: sociedade civil, esfera pública e institucionalidade. **Cadernos de pesquisa**. n. 33, p. 1-46, 2002.

MAIA, M. Gestão Social – Reconhecendo e construindo referenciais. **Revista Virtual Textos & Contextos**, n. 4, p. 1-18, 2005.

MARICONDA, P. R. O controle da natureza e as origens da dicotomia entre fato e valor. **Scientiae Studia**, v. 4, n. 3, p. 453-472, 2006.

MARK, M. M. Evaluation's future: furor, futile, or fertile? **American Journal of Evaluation**, v. 22, n. 3, 2001, p. 457-479.

MARTINO, L. M. S.; MARQUES, A. C. S. Modalidades e derivações da comunicação no mundo da vida: sentidos, experiência e interação. In: XXII Encontro Anual da Compós, 2013, Salvador. Anais do Encontro Anual da Compós, 2013. v. 1. p. 1-15.

MATTIA, C.; ZAPPELLINI, M. B. Ética e coprodução de serviços públicos: uma fundamentação a partir de Habermas. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 12, p. 573-589, 2014.

MENEGHETTI, F. K. O que é um Ensaio-Teórico? **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 320-332, 2011a.

MENEGHETTI, F. K. Tréplica - O que é um Ensaio-Teórico? Tréplica à Professora Kazue Saito Monteiro de Barros e ao Professor Carlos Osmar Bertero. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, p. 343-348, 2011b.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

NIEMI, H.; KEMMIS, S. Communicative evaluation. **Lifelong Learning in Europe**, n. 4, p. 5-64, 1999.

OLIVEIRA, L. A.; AYRES, J. R. C. M.; ZOBOLI, E. L. C. P. Conflitos morais e atenção à saúde em Aids: aportes conceituais para uma ética discursiva do cuidado. *Interface*, 2011, vol.15, n.37, pp. 363-375. 2011.

PAPADOPOULOS, Y.; WARIN, P. Are innovative, participatory and deliberative procedures in policy making democratic and effective? **European Journal of Political Research**, n. 46, 445-472, 2007.

PARANÁ, E. Racionalidade e técnica em Marcuse e Habermas: saídas para o dilema da jaula de ferro? **Pós-Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v. 13, n. 2, p. 151-168, 2014.

PIERCE, C. S. **Semiotica**. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1999.

PIZZI, J. **Omundodavida: Husserle Habermas**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2006.

PUTNAM, H. **O colapso da verdade e outros ensaios**. São Paulo: Idéias e Letras, 2008.

PUTNAM, H. **Reason, truth, and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

PUTNAM, H. **The collapse of the fact/value dichotomy**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2002.

RAMOS, A. G. **A nova ciência das organizações: uma reconceituação da Riqueza das Nações**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1981.

ROCHA, S. M. Televisão, mundo da vida e mobilidade simbólica: a favela e seus moradores na visão de adolescentes. **Revista de Sociologia e Política**, n. 29, p. 131-145, 2007.

RODRIGUES, S. M. O Problema da validade de proposições morais no trabalho do professor. **Revista Encontro de Pesquisa em Educação**, v. 1, n.1, p. 71-85, 2013.

RODRIGUES, S. M.; OLIVEIRA, J. R. As conseqüências para a educação da dicotomia entre fatos e valores morais. **Revista Pesquisa em Foco: Educação e Filosofia**, v. 6, n. 6, p. 29-59, 2013.

ROUANET, S. P. **As razões do Iluminismo**. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

ROUANET, S. P. **Teoria crítica e psicanálise**. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

ROWE, G.; FREWER, L. J. Public participation methods: a framework for evaluation. **Science, Technology, & Human Values**, v. 25, n. 1, p. 3-29, 2000.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

RYAN, K. E. Serving public interests in educational accountability: alternative approaches to democratic evaluation. **American Journal of Evaluation**, v. 25, n. 4, p. 443-460, 2004.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SEN, A. **Choice, Welfare and Measurement**. Oxford, UK: Blackwell, 1982.

SEN, A. **Commodities and Capabilities**. Amsterdam: North-Holland, 1985.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEN, A. Quality of life and economic evaluation. **Academia Sinica Economic Papers**, v. 25, n. 3, p. 269-316, 1997.

SEN, A. The possibility of social choice. **The American Economic Review**, v. 89, n. 3, p. 349-378, 1999.

SIEBENEICHLER, F. B. Introdução à edição brasileira. In: HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo: racionalidade da ação e racionalização social**. São Paulo: Martins Fontes, 2012, p. VIII-XXVI.

SIEBENEICHLER, F. B. **Jürgen Habermas: razão comunicativa e emancipação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

SILVA, F. L. Martin Heidegger e a técnica. **Scientiae Studia**, v. 5, n. 3, p. 369-374, 2007.

SIMON, H. **A razão nas coisas humanas**. Lisboa: Gradiva, 1989.

SIMON, H. **Comportamento administrativo**. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

SPINK, P. K. **Avaliação Democrática: propostas e práticas**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2001.

STEIN, E. **Mundo vivido**. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2005.

STRUCHINER, C. D. Fenomenologia: de volta ao mundo-da-vida. **Revista da Abordagem Gestáltica**, v. 13, n. 2, 241-246, 2007.

SUTTON, R. I.; STAW, B. M. O que não é teoria. **Revista de Administração de Empresas**, v.43, n.3, p.74-78, 2003.

TENÓRIO, F. G. (Org.). **Avaliação de projetos comunitários: uma abordagem prática**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

TENÓRIO, F. G. (Re)visitando o conceito de gestão social. **Desenvolvimento em Questão**, v. 3, p. 101-124, 2005.

TENÓRIO, F. G. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de administração pública**, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; MELO, W. S.; KRAEMER, C. F. B.; LOPES, J. F. R. Da redução sociológica à aplicação de critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos em arranjos institucionais na esfera pública. In: Encontro de Estudos Organizacionais. Santa Catarina, 2010. **Anais...** Florianópolis: ANPAD, 2010.

TENÓRIO, F. G.; DIAS, A. F.; VILLELA, L. E.; PORTO, E. C.; VIANA, B. F. Critérios para a avaliação de processos decisórios participativos deliberativos na implementação de políticas públicas. In: Encontro de administração pública e governança, 2008, Salvador. **Anais...** Curitiba: Anpad, 2008.

VANDENBERGHE, F. The books that Habermas hasn't written. **International Sociology**, v. 26, p. 597-603, 2011.

VILLELA, L. E. Redes, desenvolvimento e gestão social em Arranjos Produtivos Locais (APLs) no estado do Rio de Janeiro. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Gestão social e gestão estratégica: experiências em desenvolvimento territorial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013, v. 2, p. 101-221.

VILLELA, L. E.; COSTA, E. G. Avaliação de processos decisórios participativos no polo comercial Saara situado na cidade do Rio de Janeiro: uma fórmula de sucesso com problema em seu princípio ativo, a participação. In: CANÇADO, A; TENÓRIO, F. G; SILVA JR, J. T. (Org.). **Gestão Social: aspectos teóricos e aplicações**. Ijuí: Unijuí, 2012, v. 1, p. 57-86.

VIZEU, F. Ação Comunicativa e Estudos Organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 10-21, 2005.

WALSH, V. Sen after Putnam. **Review of Political Economy**, v. 15, n. 3, p. 315-394, 2003.

WEBER, M. **Fundamentos da sociologia**. Porto: Rés, 1983

WHETTEN, D. A. O que constitui uma contribuição teórica? **Revista de Administração de Empresas**, v. 43, n. 3, p. 69-73, 2003.

WIENER, N. **Cibernética e Sociedade: o uso humano de seres humanos**. São Paulo: Cultrix, 1968.

WORTHEN, B. R.; SANDERS, J. R.; FITZPATRICK, J. L. **Avaliação de programas: concepções práticas**. São Paulo: Edusp, 2004.

V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

ZILLES, U. A fenomenologia husserliana como método radical. In: HUSSERL, E. **A crise da humanidade européia e a filosofia**. 2. ed. Porto Alegre:EDIPUCRS, 2002. p. 11-55.